

1
Carlos Pimenta

COMO FAZER O CONTROLO DA PRODUÇÃO



ESTRATÉGIAS
DE CONTROLO
DA PRODUÇÃO



seara nova

COMO FAZER O CONTROLO DA PRODUÇÃO



**COMO FAZER
O CONTROLO
DA PRODUÇÃO**

volumes publicados

1. *Investimentos Estrangeiros em Portugal*
por Luís Salgado de Matos
2. *Direitos, Liberdades e Garantias Individuais*
por José Magalhães Godinho
3. *A Censura e as Leis de Imprensa*
por Alberto Arons de Carvalho
4. *Para Onde vai a Economia Portuguesa?*
por Francisco Pereira de Moura
5. *Da Filosofia no Liceu*
por José Trindade Santos
6. *Causas que Foram Casos*
por José Magalhães Godinho
7. *Problemas Actuais da Economia Portuguesa*
por Eugénio Rosa
8. *Como fazer o Controlo Operário*
por Carlos Pimenta

colecção Que País?

Maqueta de
Acácio Santos

Capa de
Henrique Ruivo

© **Carlos Pimenta**
e
Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.
Rua Bernardo Lima, 23-1.º Esq. — Lisboa-1

Carlos Pimenta

COMO FAZER O CONTROLO OPERÁRIO



s e a r a n o v a

1976

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	9
1. DEFINIÇÃO E QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	11
2. INSERÇÃO NO PROCESSO HISTÓRICO	17
2.1. Alguns dados históricos gerais	17
2.2. Referências ao caso português	22
2.3. Nos diferentes sistemas económicos-sociais	29
2.3.1. Considerações gerais	29
2.3.2. Transição ao Socialismo	31
2.3.3. Capitalismo	34
2.3.4. Socialismo	37
2.4. Pressupostos da exposição seguinte	39
3. PARA UMA NOÇÃO MAIS EXACTA DO CONTROLO DA PRODUÇÃO	41
3.1. Na empresa	41
3.1.1. Capitalista	41
3.1.1.1. Esquema-tipo para sector industrial	41
3.1.1.2. Sectores agrícola e piscatório	53
3.1.1.3. Sector comercial	55
3.1.1.4. Sector serviços	56
3.1.2. Nacionalizada	57
3.1.3. Gestão não capitalista	61
3.2. No sector e na economia	62
3.3. Co-gestão	66
3.4. Autogestão e cooperativas de produção	71
4. DIVERSAS CLASSES E CAMADAS SOCIAIS PERANTE O CONTROLO DA PRODUÇÃO	77

4.1.	Proletariado	77
4.2.	Campesinato	81
4.3.	Pequena e média burguesia	82
4.4.	Burguesia monopolista e latifundiária	85
4.5.	Empregados e técnicos	86
5.	ORGANIZAÇÃO	89
5.1.	Na empresa	89
5.2.	No sector e região	95
5.3.	Na economia	97
5.4.	Acção dos sindicatos	97
5.5.	Das dificuldades	98
5.5.1.	Aspectos gerais	98
5.5.2.	Multinacionais	100
6.	CONTROLO E EVOLUÇÃO GERAL DA SOCIEDADE	103
6.1.	Poder político	103
6.2.	Legislação geral	104
6.2.1.	Relacionada com o controlo	104
6.2.2.	Sobre controlo	107
6.3.	Nacionalizações	110
6.4.	Reforma agrária	112
6.5.	Planeamento	114
6.6.	Quadros económicos e políticos	117
6.7.	Batalha da produção	118
7.	UMA NOVA ATITUDE PERANTE O TRABALHO	121
8.	CONTROLO DA PRODUÇÃO E PODER POPULAR	125
9.	SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA E O CONTROLO DA PRODUÇÃO	129
	NOTAS	133

0. INTRODUÇÃO

Dada a importância que o controlo da produção assume há já largos meses na revolução em Portugal — parte integrante da tomada da economia pelos trabalhadores e contributo para consequentes acções políticas — parece desnecessário justificar a importância da abordagem deste tema.

Aproveitando simultaneamente a informação do controlo levado a cabo pelos trabalhadores em diversos sectores e a tentativa de uma compreensão teórica desse fenómeno real, baseado na análise desta experiência e no relato do verificado noutros processos revolucionários, procuramos abordar o controlo de produção nos seus múltiplos aspectos, partindo do existente para o traçar de possíveis direcções de caminho futuro.

Mas o controlo da produção tem que ser obra dos próprios trabalhadores pelo que estudá-lo só pode ter interesse se contribuir para o seu alargamento, aprofundamento e melhoramento, se for um guia para a acção. É o que procura ser os apontamentos que se seguem, um guia indicativo, não dogmático. Estamos conscientes da capacidade dos trabalhadores se unirem e lutarem pelo fim da exploração do homem pelo homem.

1. DEFINIÇÃO E QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

1. Numa sociedade existem actividades produtivas e improdutivas. São as primeiras que criam toda a riqueza do País.

Duma maneira geral podemos considerar como actividades produtivas aquelas em que a maioria dos trabalhadores (os capitalistas, no sentido exacto do termo, nunca o poderão ser) estabelecendo, em sentido lato, uma relação activa e consciente com a natureza criam, transformam, conservam e distribuem objectos exteriores com valor de uso. Num sistema capitalista são todas aquelas em que há criação de mais-valia ou em que, nos sectores remi-niscentes da sociedade feudal, há criação de valores de uso, tais como no campesinato e artesanato.

São produtivos, por exemplo, a agricultura, as indústrias extractivas e transformadoras, os transportes de mercadorias e a sua armazenagem normal. São improdutivos, por exemplo, a banca e seguros, o comércio propriamente dito, os serviços. São produtivos o assalariado agrícola, o camponês, os trabalhadores da tecelagem ou fiação e improdutivos o conselho de administração, o contabilista.

O conceito económico de produtivo nada tem de moral, com o útil ou necessário — há produtivos inúteis e improdutivos necessários — mas só os trabalhadores produtivos criam a riqueza nacional, o sustentáculo material da sociedade.

2. Os sectores produtivos são a base social. Torna-se evidente que é sobre eles que em primeiro lugar os trabalhadores devem incidir a vigilância. Eis a razão de falar-se em controlo da produção.

Contudo, a vigilância dos trabalhadores tem que incidir sobre toda a actividade económica:

- Os bancos são um centro nevrálgico da economia? Há que controlá-los;
- Os grossistas podem fazer açambarcamentos para prejudicar as populações trabalhadoras? Há que controlá-los;
- Os capitalistas podem utilizar a contabilidade para fuga de capitais e outros delitos? Há que controlá-la;
- Não constituem os problemas do mercado interno e externo, relações entre empresas controladas, etc. uma grande preocupação dos trabalhadores em controlo?

Podemos pois concluir que é importante o controlo sobre toda a actividade económica, embora o controlo da produção seja o seu campo mais importante.

Esta afirmação genérica não significa que em momentos e campos concretos da luta de classes os aspectos, por exemplo, do controlo da distribuição não apareçam como politicamente prioritários. Só a análise concreta de cada caso pode estabelecer as prioridades definitivas.

3. Nas actividades produtivas a classe que pode ter uma acção mais relevante no controlo é a proletária, industrial e rural.

É a única que nada tem a perder e um mundo a ganhar. Tem maior unidade e experiência de luta, facilidade e capacidade de organização. A experiência no nosso País tem confirmado totalmente esta afirmação.

Eis porque, considerando a prioridade do sector produtivo e a relevância da classe operária, fala-se muitas vezes em controlo operário.

Contudo, se o termo anteriormente referido é susceptível de críticas, este tem alguns aspectos negativos, particularmente porque faz esquecer que sem a unidade dos operários com os restantes trabalhadores é difícil, em alguns casos impossível, um efectivo controlo, e subestima a crescente complexidade da gestão.

4. Para que a vigilância se processe efectivamente, seja sistemática e consiga vencer as dificuldades, tem que ser a expressão dos esforços de todos canalizando-os para as direcções fundamentais de luta.

O controlo tem que ser organizado.

5. Resumindo o afirmado conclui-se que o mais correcto seria falar em controlo organizado da produção e distribuição dos produtos e riqueza pelos trabalhadores.

Procurando exprimir este mesmo facto, por simplificação, falaremos normalmente em controlo da produção.

6. Os trabalhadores defenderem as suas posições de classe significa lutarem contra todos aqueles que classistamente têm interesses antagónicos ou que fazem o jogo destes.

O controlo da produção pelos trabalhadores exige que estes fiscalizem e combatam os que se lhes opõem, exige que fiscalizem e colaborem com todos os que, ligados à actuação económica de um Estado democrático-revolucionário, apresentem

condições para defenderem o avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo.

O proletariado tem interesses comuns, independentemente do País, região, sector, empresa, ou secção em que se situe, que apontam para a construção do socialismo. No plano nacional, sendo o proletariado a classe dinamizadora e agregadora de todos os trabalhadores, os interesses gerais da evolução económica progressista da economia, mesmo ao nível da empresa, sobrepõem-se aos interesses específicos que, geralmente, se indentificam com os interesses das classes diferentes. O controlo da produção tem que impor a todos os níveis as posições gerais que premitam a democratização económica.

Eis os dois grandes parâmetros do controlo da produção, intimamente interligados: os interesses gerais do povo trabalhador exigem combater os crimes económicos dos capitalistas e este combate serve as aspirações dos trabalhadores. Contudo, o segundo aspecto é mais amplo.

Simultaneamente podemos concluir que o controlo da produção abarca dois campos de significados complementares e contraditórios:

- a) Combate à reacção;
- b) Reorganização da economia.

A importância de cada um destes aspectos depende da situação política. Quanto mais esmagada estiver a reacção e mais avançada a transição para o socialismo maior é a importância do segundo ponto.

7. Em termos mais específicos o que significa controlo da produção no sector económico ainda capitalista?

Significa, em primeiro lugar, uma atitude de fiscalização no sentido de conjugar ao máximo os interesses duma empresa ou sector com os de toda

a economia. Fiscalização sobre os documentos contabilísticos, sobre a facturação, sobre os processos de laboração, sobre a actuação do patronato, sobre a política de aquisição de matérias-primas e de equipamento, sobre as condições de laboração, sobre os actos de financiamento, e de aplicação da riqueza, da mais-valia criada, etc.

Significa a imposição ao patronato de princípios e regras de actuação que permitam um desenvolvimento da economia nacional, da integração da mais-valia na produção, de métodos democráticos de actuação, de processos de reconversão.

Significa igualmente levar até ao fim o saneamento dos contra-revolucionários nas empresas e zelar para melhoria de condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Significa uma luta contra todas as formas de sabotagem.

Significa vigiar pela aplicação do planeamento central a partir do momento em que exista e corresponda aos anseios das massas populares.

Significa, em geral, uma vigilância revolucionária e integração organizada, audaz, persistente, dos trabalhadores na batalha económica.

O controlo da produção pode ser tudo isto, parte ou muito mais e a sua prática pode ter diferentes graus de empenhamento. Começando muitas vezes por formas insipientes de fiscalização pode levar ao controlo total da empresa pelos trabalhadores.

Contudo, esta «unidade nos pontos fundamentais, capitais, essenciais, é assegurada contraditoriamente pela diversidade nos detalhes, as particularidades locais, a maneira de abordar a acção, os processos de aplicação do controlo, os meios utilizados...»¹. Depende das condições reais, da experiência dos trabalhadores, da força que se tenha no País e localmente².

2. INSERÇÃO NO PROCESSO HISTÓRICO

2.1. Alguns dados históricos gerais

1. Pela própria natureza do controlo da produção os períodos de sua prática mais efectiva são os que correspondem aos processos históricos de derrube do capitalismo e transição para o socialismo.

Provavelmente os primeiros embriões encontram-se na Comuna de Paris, mas é na experiência da revolução russa de 1905 e, posteriormente no período que antecedeu e se seguiu à revolução socialista de 1917 que se podem ir buscar os primeiros e mais valiosos ensinamentos sobre o controlo da produção.

«Pertence a Lénine o mérito de ter proclamado e argumentado sobre todos os aspectos, a ideia do controlo operário da produção³».

As suas obras constituem ainda hoje um material importantíssimo para o estudo da prática do controlo da produção, interligando este aspecto da luta de classes às tarefas globais do proletariado na luta contra os exploradores e a reacção e na reorganização da economia em molde socialista.

2. A história da revolução socialista russa⁴ é extremamente rica de ensinamentos, por ser das

primeiras experiências do controlo da produção, pelas condições particularmente difíceis em que se realizou, pela diversidade de aspectos que tomou de acordo com as condições particulares de cada região desse imenso país.

A Rússia de então tinha um desenvolvimento capitalista médio, com grandes resíduos feudais e já com algumas características de capitalismo monopolista. Havia uma grande concentração económica, particularmente no sector bancário, apesar de equipamento produtivo relativamente atrasado. Grande penetração de capital estrangeiro.

A produção industrial tinha um vincado carácter social. A contradição fundamental do capitalismo manifestava-se claramente tendo a crise sido agravada pela guerra imperialista.

É neste panorama que o czar é derrubado em Fevereiro de 1917, com a instauração de uma «democracia» burguesa-imperialista, e os operários e camponeses, dirigidos pelo partido bolchevique tomam o poder em 7 de Novembro de 1917.

Desde o derrubamento do czar os capitalistas, receando transformações revolucionárias mais profundas, entregaram-se à sabotagem económica (com o apoio do governo burguês) — redução da produção, errados financiamentos, não abastecimento, despedimentos. Em seis meses encerraram oitocentas empresas com cerca de 200 000 operários.

A esta realidade Lénine e o partido bolchevique contrapunham um programa de transição para o socialismo em que o controlo da produção e distribuição dos produtos tinha um papel de destaque. Lénine encarava-o como um processo em desenvolvimento que progressivamente conduziria à gestão completa da produção pelos trabalhadores.

Antes da revolução socialista o controlo da produção encontrava-se limitado pelo governo burguês e processava-se fundamentalmente contra

a sabotagem económica. Contribuiu para o aumento da formação política dos trabalhadores. Depois da revolução socialista estendeu-se a toda a indústria e a outros campos de actuação — produtividade das empresas, racionamento de «stocks» e capacidades produtivas —, apoia-se no fim do segredo comercial e na obrigatoriedade legal dos patrões cumprirem o decidido pelos trabalhadores.

Havia então que articular dois objectivos centrais: combate aos capitalistas, à reacção, e reorganização da vida económica. À medida que a revolução avançava ganhava maior importância o segundo aspecto, que incluía o repor em actividade empresas encerradas, elaborar programas de empresa e investimento, o lançamento de sectores vitais ao conjunto da actividade económica (exemplo mineiro) reconversão das empresas de guerra, inventário dos produtos escassos e sua repartição, etc.

Uma das maiores dificuldades dos trabalhadores era o controlo sobre as operações financeiras, mas este aspecto foi bastante facilitado após a nacionalização da banca.

O controlo da produção era encarado como uma preparação das nacionalizações, mas houve regiões (exemplo Letónia) em que o processo foi inverso.

Evidentemente que o controlo da produção teve a resistência dos capitalistas, tendo estes sido acompanhados pelos mencheviques e socialistas revolucionários. Aquela aumentou depois da saída da lei do controlo da produção: opunham-se-lhe abertamente, não reconheciam as comissões de controlo lançavam-se no «lock-out». As empresas estrangeiras eram as mais activas no boicote.

Para combater esta resistência foi preciso um profundo trabalho de esclarecimento junto dos trabalhadores, medidas governamentais de confiscação para os capitalistas que não aceitassem o

controlo da produção. Os sindicatos e o partido bolchevique tiveram uma acção decisiva. No processo do controlo da produção procurou-se conjugar os princípios gerais com as particularidades locais de cada região. Os exemplos de vanguarda, como os de Petrogrado e Moscovo tiveram grande importância.

Nas empresas o controlo da produção era realizado pelos comités de fábrica, essencialmente constituídos por operários mas contando também com a presença de empregados e técnicos (embora a maioria deste extracto social fosse reaccionário os operários faziam uma política de atracção).

Em cada cidade, centro industrial ou província havia uma organização regional que englobava comités de fábrica, sindicatos e cooperativas operárias.

O controlo da produção contribuiu decisivamente para a criação de uma nova disciplina no trabalho baseada na consciência operária, na interajuda e camaradagem. Lénine salientou várias vezes que criá-la era tarefa árdua mas fecunda.

Contribuiu igualmente para a formação de novos quadros económico-administrativos saídos da classe operária e que iriam ocupar posições de chefia na produção. Em 1919 64% dos membros do Conselho Superior da Economia Nacional eram operários. Para este efeito o controlo da produção foi acompanhado de cursos.

3. O estudo do controlo da produção nos países que enveredaram pela democracia popular apresentar-nos-ia alguns traços particulares — nuns aparece ligado a uma lei noutros a acção dos sindicatos, nuns o controlo da produção antecedeu e noutros procedeu as nacionalizações, as relações dos capitalistas eram diferentes de país para país mas os ensinamentos essenciais seriam os mesmos.

4. Também as lutas dos trabalhadores pelo socialismo que foram derrotadas nos podem transmitir importantes ensinamentos: esclarecer sobre o inimigo e seus métodos, sobre vantagens e desvantagens de formas de luta e organização, etc.

Consideramos que seria muito importante uma análise ao controlo da produção no Chile, mas faltam-nos elementos. Como recurso peguemos na derrota dos trabalhadores franceses no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Que ensinamentos poderemos extrair⁵? Os factos falam por si:

- As exigências da transformação revolucionária começam ainda no período da ocupação nazi mas é após a sua expulsão que se começam a efectivar. Os comunistas no governo lutavam pelas nacionalizações democráticas e pelo controlo operário, enquanto De Gaulle e seus aliados procuravam transformar aquelas em nacionalizações capitalistas e reduzir a aspectos formais o controlo dos trabalhadores;
- O controlo da produção estendeu-se a toda a indústria, atingindo particularmente as grandes empresas. Constituíram-se Comitês de Empresa com o empresário e os representantes dos trabalhadores. Embora as posições dos trabalhadores não fossem vinculativas a sua acção era em muitos casos decisiva;
- As fraquezas do controlo da produção resultaram da lei deixar aos trabalhadores a iniciativa de criarem os Comitês (nas empresas de pessoal rotativo e com menor experiência de luta não se constituíram) das divisões no movimento sindical, dos sindicatos não terem direito a actividade nas empresas, tendo tudo isto sido aproveitado pelos capitalistas para aumentarem a resistência;

— Os acontecimentos decisivos que levaram ao fim do processo revolucionário passaram-se em 1947: «Apoiadas pelos dirigentes de direita do Partido Socialista, as forças reaccionárias de França conseguiram afastar os ministros comunistas do governo. O grande capital lançou abertamente uma ofensiva contra as conquistas democráticas que a classe operária obtivera sobre a direcção do Partido Comunista ⁶.»

2.2. Referências ao caso português

1. Desde o 25 de Abril que os trabalhadores têm travado importantíssimas lutas contra a sabotagem económica, contra as tentativas do patronato criar dificuldades à nossa economia. Essas lutas ficarão na história do movimento operário português como baluarte do combate pela democracia e o socialismo.

Muitas das lutas que desde o 25 de Abril têm sido travadas constituem, efectivamente, um controlo da produção — fiscalização sobre todas as formas e aspectos da vida da empresa, impedimento da sabotagem, defesa dos interesses nacionais.

Os trabalhadores sentiram durante meses que essa luta nem sempre tinha o apoio e o estímulo que lhe era merecido por parte das entidades governamentais no seu conjunto, principalmente dos ministérios ligados à economia. Continuaram lutando, continuaram avançando. Essa situação a nível de Estado foi evoluindo. Situações qualitativamente novas surgiram depois das derrotas da reacção.

Após o 11 de Março a correlação de forças alterou-se radicalmente. Os trabalhadores não só encontram grande apoio no Governo Provisório e no MFA como estes tomam medidas profundas na economia e impulsionam e estimulam a luta dos trabalhadores: as nacionalizações da banca e dos

seguros, nos transportes e comunicações, as nacionalizações feitas e anunciadas nos sectores base da economia; o reconhecimento da importância da luta dos trabalhadores o apelo à batalha da produção e ao controlo organizado da produção pelos trabalhadores; o novo salário mínimo, o congelamento de preços, a fixação de máximos salariais, etc.

Estas lutas vieram a ter o seu reconhecimento político e impulso com a resolução do Conselho da Revolução de 12 de Abril que transcrevemos:

«É necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles. Isto implica a afirmação clara do princípio do controlo organizado da produção pelos trabalhadores para objectivos de produção e eficácia coordenados pelos órgãos centrais de planeamento segundo esquemas a definir com brevidade.»

O Conselho da Revolução deu estatuto legal e relevância política ao controlo da produção. Competia então aos trabalhadores avançarem, o que exigiu a sua montagem organizada a nível de empresa e a sua luta reivindicativa pela conquista de determinados objectivos — exemplo, fim do segredo comercial, nova legislação sobre falências — que tornassem possível ou facilitassem o controlo da produção. Exigia o esmagamento da resistência levantada pelo patronato.

Competia aos trabalhadores avançarem para uma estruturação das comissões unitárias de controlo da produção.

Nos 5 meses que se seguiram muitos passos em frente foram dados, no controlo da produção. Tornou-se uma realidade, em maior ou menor grau, em muitos sectores da actividade económica.

Contudo continuaram a existir graves lacunas: importantes empresas sem controlo da produção, sectores onde a sabotagem abunda e a organiza-

ção dos trabalhadores é débil. Pouca coordenação sectorial e nacional.

Sendo de apontar deficiências de actuação sindical que em muitos casos ainda não fez a viragem decisiva para estes problemas, a principal responsabilidade do não avanço incumbe aqueles que tudo têm feito para dividirem os trabalhadores, que procuram colocar trabalhadores não esclarecidos ao lado dos patrões contra os outros trabalhadores.

Um novo avanço poderia ter sido dado com a lei sobre controlo da produção elaborada pelo quinto Governo Provisório — particularmente significativo porque se inseria num período em que a luta dos trabalhadores pode apresentar particulares dificuldades — se aquela tivesse sido homologada pelo Presidente da República e publicada.

2. Analisemos um pouco mais em detalhe como evoluiu até à formação do sexto governo provisório.

Grosso modo poderemos considerar uma primeira grande fase desde o 25 de Abril até ao 11 de Março. As reivindicações económicas dos trabalhadores durante tantos anos repressivamente impedidas, surgem então em grande quantidade, muitas vezes interligadas com intervenções na vida geral da sociedade.

A luta contra os despedimentos ocupa um lugar destacado. Desenvolve-se a luta contra a sabotagem em empresas nacionais e multinacionais, pelos saneamentos, contra a co-gestão. Os assalariados agrícolas avançam corajosamente pelo aproveitamento das terras alentejanas.

Dois acontecimentos relevantes se destacam neste primeiro período: o 28 de Setembro e a saída do Decreto-Lei 660/74 a 25 de Novembro de 1974.

A grande importância do primeiro encontra-se na possibilidade de se continuar o processo revo-

lucionário que adquire maior dinamismo. A luta dos trabalhadores amplia-se e intensifica-se. Só este acontecimento permitiu a saída da legislação que seguidamente se refere.

O Decreto-Lei 660/74, propondo a intervenção do Estado nas empresas, continha certas ambiguidades — muitos dos legisladores encaravam-no como sendo uma forma do Estado intervir para, com o seu financiamento, tornar a empresa viável, voltando então para os antigos patrões — mas os trabalhadores fizeram com que o uso deste decreto fosse um primeiro passo para a nacionalização. Na prática permitiu uma denúncia dos trabalhadores e consequente actuação governamental nas empresas sabotadas.

Começa-se então a verificar uma mais intensa luta contra a sabotagem, até porque se tornam possíveis as ocupações e estas têm viabilidade de se transformarem em conquistas definitivas dos trabalhadores.

A luta dos assalariados agrícolas tem um novo impulso.

Ao aproximar-se o 11 de Março verifica-se um aumento da luta dos trabalhadores a tomada de posições colectivas cada vez mais claras.

Ressalte-se dois acontecimentos:

1.º A 2 de Fevereiro realiza-se a Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores das Empresas em Dificuldade Económica, em que diversas secções sectoriais se pronunciam pelo controlo da produção e em que, nas conclusões finais, de profundo cariz antimonopolista, se consigna, entre outros aspectos, a importância da vigilância da classe operária e da sua luta unida e se reconhece que «em muitos casos, o reconhecimento de direito da competência da Comissão de Trabalhadores para administrar a empresa por parte do Estado é a via segura e eficiente e que se impõem já na prática».

2.º A manifestação a 2 de Fevereiro no Alentejo de que sai a Declaração de Beja. Esta, defendendo a importância da reforma agrária como etapa imediata da luta dos assalariados agrícolas, afirma:

«Há um mês e meio, e em face do agravamento da crise de desemprego, através do Sindicato demos início a uma nova e importante forma de luta, no caso de sabotagem económica ou de trabalhadores distribuídos para herdades pela Comissão de Colocação nomeada pelo Governo e que os agrários se recusavam a receber, os trabalhadores deram início, por sua iniciativa, aos trabalhos agrícolas indispensáveis ao funcionamento normal dessas herdades.

Mais recentemente, a partir do dia 28 de Janeiro, vimo-nos na necessidade de generalizar esta forma de luta, e todos os trabalhadores desempregados existentes no distrito dirigiram-se para as herdades subaproveitadas ou onde havia trabalhos agrícolas a realizar, e começaram a realizá-los, assegurando, assim, a produção. O Governo já tomou algumas medidas, e uma das primeiras herdades ocupadas foi arrendada compulsivamente, estando hoje a ser dirigida pelos trabalhadores. Mas a resolução imediata do problema do desemprego e da sabotagem económica exige avanços imediatos nesta direcção. Muitas outras herdades devem ser arrendadas compulsivamente pelo Governo, pois não há direito que os grandes agrários as mantenham nas suas mãos.

Os trabalhadores não se opõem a que, lá onde a mão-de-obra seja realmente excessiva para os trabalhos no campo, o Governo dê início à realização de obras públicas que a absorvam. Mas entendemos que, em primeiro lugar, está o interesse da produção nacional, e que em todas as terras onde haja herdades subaproveitadas, os trabalhadores devem dedicar-se em primeiro lugar, ao rápido desenvolvimento da produção agrí-

cola, com o necessário apoio do Estado, para o efeito. Doutra forma, o que se viria a verificar seria o pagamento por parte do Estado — isto é, de todos nós — de encargos que competem aos grandes agrários, sem qualquer vantagem do ponto de vista do aumento da produção agrícola nacional. Ou seja, manter-se-ia um procedimento que foi frequente no tempo do fascismo, e que muito contribui para o vergonhoso parasitarismo dos grandes latifundiários e para a actual situação de atraso da agricultura.

Diz a ALA num seu comunicado recente que a agricultura não pode dar trabalho sequer àqueles que são habitualmente trabalhadores agrícolas.

Nós, os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, lançamos um desafio: eles que larguem as terras, que nós demonstraremos que não há braços a mais, e que muito, pelo contrário, eles serão poucos, para a obra de aproveitamento das dezenas e dezenas de milhar de hectares que estão incultos e subaproveitados, e para a criação de uma agricultura moderna e desenvolvida de que o nosso País precisa⁷.»

Pode-se considerar como segundo período o que decorre entre a histórica vitória do 11 de Março e a data (12-4-74) em que o Conselho da Revolução tornou pública a necessidade do controlo da produção.

As directrizes de luta atrás referidas continuam mas com novo vigor. Toma bastante realce o combate à sabotagem. Os trabalhadores começam a ter a possibilidade de irem até às últimas consequências: a autogestão transitória, cooperativas de produção, ocupações, pedidos de intervenção e nacionalizações. Alargam-se as ocupações pelos assalariados agrícolas do Alentejo de terras não aproveitadas ou de sabotadores. A iniciativa dos trabalhadores estende-se a diferentes campos económicos. Tomam-se medidas de organização

económica em novos moldes. Verificam-se diversos casos de reconversão.

A nacionalização da banca e dos seguros e o controlo e vigilância dos trabalhadores desses sectores foram relevantes contributos para a luta geral. Os monopólios sofreram duros golpes e o Estado começou a pressioná-los pela sua própria intervenção na vida económica, particularmente após o início das nacionalizações dos sectores base (decretada a 15/4).

Só com o 11 de Março e a nacionalização da banca foram criadas as condições para um efectivo controlo das empresas pelos trabalhadores.

Pode-se considerar como terceiro grande período o que decorre desde então até à constituição do sexto governo. Reforçaram-se as frentes de luta atrás referidas e o controlo organizado da produção começou a processar-se em maior escala.

Salienta-se o Decreto-Lei 222B/75 que, completando e tornando totalmente operacional o referido Decreto-Lei 660/74, reforça as possibilidades de intervenção, especifica as penalidades em que incorrem os responsáveis pelos delitos económicos. Constitui uma primeira importante machadada na responsabilidade limitada.

Foi também neste período que foi aprovado em Assembleia do MFA o documento «aliança povo-MFA» que consigna o poder popular como forma privilegiada de organização das massas trabalhadoras, que toma, desde então, crescente vulto.

3. A formação do sexto governo surge numa altura em que, após período complexo e contraditório, o controlo da produção adquire já relevante extensão e profundidade, conhecendo já uma rica experiência de formas de luta e organização.

Os sindicatos encontram-se mais ligados a este novo tipo de actividade, as comissões de trabalhadores têm nas comissões de moradores e outras estruturas populares os seus complementos orga-

nizativos e empenham-se cada vez mais na luta política.

As manobras de divisão de trabalhadores dirigidas pela aliança social-democrata, embora tendo produzido efeitos não impedem a reactivação da luta popular de massas.

Contudo o programa do sexto governo não consigna estes aspectos e a sua política posterior de não reconhecimento de comissões de trabalhadores e de moradores, de tentativa do aniquilamento do conteúdo progressista da banca nacionalizada, a legislação que procura, embora não aparente, levar à não aplicação do Decreto Lei 660/74, os actos repressivos contra o poder popular mostram bem que o controlo da produção entrou numa nova fase.

Esta caracteriza-se essencialmente pela mais estreita articulação entre a luta económica do controlo da produção e a luta política por um governo dos trabalhadores. É um período difícil mas que pode clarificar muito as posições, reforçar a consciência dos trabalhadores e a sua unidade⁸.

2.3. Nos diferentes sistemas económico-sociais

2.3.1. *Considerações gerais*

1. Se analisarmos um pouco o afirmado e as experiências históricas verificamos que no controlo da produção há a considerar os seguintes aspectos:

- a) Os trabalhadores têm força para vigiar a actividade dos capitalistas e outros gestores da economia, aos diversos níveis da actuação, e para imporem, em muitos casos, soluções organizativas da economia, concordantes com os seus interesses de classe;

- b) O controlo exerce-se contra alguém que aparece como um inimigo de classe ou que pode vir a ser captado para essa esfera contra-revolucionária;
- c) Os trabalhadores para entrarem em tão avançada forma de luta é porque sabem que, embora encontrando dificuldades, há possibilidades de a conduzirem até ao fim: retirar aos capitalistas a propriedade dos meios de produção.

A experiência também mostra que a luta que os trabalhadores travam nas empresas, nos sectores e regiões, tem um significado contraditório:

- Influencia a situação geral do País, particularmente se se tratar de empresa ou sector de grande importância económica;
- Está condicionada nos objectos, mobilização, formas de luta, pela situação geral do País.

2. O controlo da produção quando montado organizadamente conduz a uma dualidade de poderes:

- O dos capitalistas, alicerçado na propriedade dos meios de produção;
- O dos trabalhadores, baseado na sua unidade, organização e capacidade de luta.

Fácil é, pois, concluir que o controlo da produção só se pode verificar plenamente quando na sociedade se verifica a existência de uma dualidade de poderes, em sentido amplo, por mais embrionária ou complexa que ela seja.

Por outro lado, essa dualidade de poderes tem que ser historicamente bem limitada, terminando inevitavelmente com a vitória de um deles (o capitalismo pode recuperar uma situação em que já parecia moribundo, mas, a longo prazo, morrerá certamente: é uma lei histórica).

3. Dada a situação referida podemos dizer que o controlo da produção é característico de períodos de consolidação da democracia revolucionária e de transição ao socialismo.

Contudo a relação entre o poder efectivo das massas populares na economia e na sociedade e o poder político dos trabalhadores não é uma realidade única do processo histórico. Pode qualquer deles aparecer previamente, embora normalmente seja o controlo da produção que surja primeiro.

2.3.2. *Transição ao socialismo*

1. Contrariamente ao que aconteceu nos anteriores períodos históricos de passagem de uma formação económica para outra, há necessidade de um período de transição do capitalismo para o socialismo porque:

- a) A formação socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção, não pode surgir no seio da sociedade burguesa. Não se trata apenas de passar o domínio de uma classe de exploradores para outra. Trata-se de aniquilar a exploração do homem pelo homem;
- b) As forças produtivas exigem novas relações de produção mas estas não se gerem espontaneamente. Exige uma acção deliberada da classe operária com a utilização do seu Estado.

Como o nome indica esta fase histórica significa a passagem do capitalismo ao socialismo, o que, especificamente, pode-se recompor do seguinte modo:

- Ao nível das forças produtivas: seu desenvolvimento;

- Ao nível das relações de produção: da propriedade individual dos meios de produção para a colectivização e socialização dos meios de produção; fim das classes antagónicas;
- Ao nível da superestrutura: do Estado burguês para o Estado dos trabalhadores.

Cada uma destas passagens demora o seu tempo, não são simultâneas. Os avanços ou atrasos de uma delas influencia as restantes.

2. Obviamente neste período coexistem diversos tipos de economia de que os principais são os seguintes:

- a) A pequena produção mercantil (propriedade privada dos meios de produção e trabalho pessoal do proprietário: produção para venda no mercado);
- b) O capitalismo privado (propriedade privada dos meios de produção e utilização do trabalho assalariado com correspondente criação de mais-valia; produção para venda no mercado);
- c) A formação socialista, quer sob a forma de propriedade social dos principais meios de produção quer de organização cooperativa.

Trata-se de um período de profundas contradições em evolução, de importâncias relativas diferentes conforme o período histórico.

Comecemos por referir algumas das contradições económicas mais salientes:

- Contradições entre os interesses prioritários nos sectores da formação socialista e os da acumulação capitalista e do lucro nos restantes;

- Contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e o carácter social da produção, no segmento de capitalismo privado;
- Contradição entre a concorrência anárquica moribunda e a cooperação de esforços nascente;
- Contradição entre o planeamento total ou parcial e os sectores de iniciativa privada.

Também existem contradições de outra natureza: política, cultural, como por exemplo:

- Contradição entre o proletariado e campesinato, em ascensão política, e a burguesia moribunda, que se pode manifestar na luta de classes em geral, na luta de partidos, do Estado e natureza de classe deste, nas formas de organização social, etc;
- Contradição entre os hábitos adquiridos e as novas necessidades.

Para superar as contradições é necessário tomar medidas políticas e económicas.

Quanto a estas é de salientar:

- a) A nacionalização democrática ou socialista, que é a abolição revolucionária pelo poder antimonopolista ou dos trabalhadores, da propriedade das classes exploradoras e a sua transformação em propriedade estatal, património de todo o povo;
- b) Resolução dos problemas dos sectores em maiores dificuldades e industrialização com prioridade dos sectores de actividade que produzem essencialmente meios de produção;
- c) Transformação socialista da agricultura que significa expropriação dos grande proprietários.

rios agrários e apoio aos pequenos e médios camponeses ajudando-os no desenvolvimento da cooperação.

3. Se a contradição fundamental é entre o capitalismo e o socialismo a prioridade para o lançamento do controlo da produção deve situar-se no sector do capitalismo privado.

Dentro deste uma particular atenção deve ser dedicada às grandes empresas, pois, são as que detêm a maior quantidade de meios de produção e mais poderosamente podem influenciar o conjunto da economia.

Como veremos posteriormente também pode ser muito importante o controlo da produção nos sectores nacionalizados, particularmente na fase das nacionalizações democráticas.

Também parece claro que, pelo período de transformação em que se insere, o controlo tem que, por um lado, incidir sobre as actividades existentes e, por outro, sobre as que deverão existir, devendo considerar as reconversões da produção como aspecto importante da sua actividade.

4. O controlo da produção permite:

- a) Avanço posterior das nacionalizações;
- b) Organização dos trabalhadores e seu esclarecimento económico-político;
- c) Formação de novos quadros;
- d) Surgimento de um poder político dos trabalhadores.

Contribui para a evolução geral da sociedade rumo ao socialismo.

2.3.3. *Capitalismo*

1. Parecendo desnecessário caracterizar profundamente este sistema social queremos apenas

referir alguns aspectos essenciais da sua última fase:

- a) Propriedade privada dos meios de produção com sua concentração quantitativa e qualitativa numa reduzida grande burguesia, detentora simultânea dos capitais industrial, bancário e comercial;
- b) Estado da burguesia dominado por algum ou alguns grupos monopolistas que, colocados perante uma reduzida base de apoio, recorrem cada vez mais a formas autoritárias de governo;
- c) Processo de exploração à escala internacional com partilha do mundo colonizado e neocolonizado (cada vez mais em revolta) pelas metrópoles imperialistas, importância crescente dos movimentos internacionais de capitais, domínio da economia por um reduzido número de multinacionais.

Estes novos aspectos do capitalismo na sua fase imperialista não significam uma «humanização» do sistema. A contradição fundamental do capitalismo não só continua como se encontra agravada.

2. Analisar as possibilidades do controlo de produção em regime capitalista exige uma análise clara da situação das classes sociais em presença.

Duma maneira geral podemos considerar duas situações:

- a) Um capitalismo consolidado que, na fase actual, será um capitalismo monopolista de Estado;
- b) Um capitalismo moribundo em que o poder dos monopólios sofreu os primeiros golpes.

No primeiro caso, havendo um poder monolítico do capital, não estão criadas as condições gerais indispensáveis ao controlo da produção.

Na segunda situação, já poderemos estar perante um início de dualidade de poderes que permita avançar.

Na medida em que a correlação de forças na empresa é um aspecto, embora com especificidades, da correlação de forças sociais, neste sistema social os trabalhadores estão ainda condicionados nas suas reivindicações económicas e políticas. A burguesia tenderá a trazer os justos anseios dos trabalhadores para o campo da colaboração de classes. Conhecendo estas limitações é possível aos trabalhadores organizarem-se, lutarem e, assim, avançarem para o derrube total do capitalismo.

Resumindo: se os trabalhadores podem em capitalismo, pela sua luta, imporem as suas reivindicações, limitarem a actuação económica dos capitalistas, não podem exercer de forma sistemática, organizada e efectiva, o controlo da produção, mesmo em situações de autogestão porque:

- A correlação de forças na empresa e na sociedade não lhes é favorável;
- Inserem-se numa sociedade em que cada empresa entra numa relação de interdependência necessária com todos os sectores segundo as leis económicas do capitalismo.

Os perigos maiores de ilusão reformista na luta dos trabalhadores são a co-gestão e a autogestão.

A ideia de «controlo operário», ligada à de «poder da base», em capitalismo monopolista de Estado é oportunismo que alimenta falsas ilusões e que abre as portas a formas de integração no sistema.

As possibilidades do controlo da produção só começam a surgir quando se começa a avançar para a instauração de uma democracia revolucionária antimonopolista.

2.3.4. *Socialismo*

1. «A base económica do socialismo radica-se na propriedade social dos meios de produção nas suas duas formas — a estatal (de todo o povo) e a cooperativa —, no sistema socialista de economia nacional (planificada) na base da grande produção mecanizada em todos os ramos da economia, no fim da exploração do homem pelo homem⁹.»

O Estado, numa fase primeira dos operários e camponeses ao serviço de todo o povo, evolui para Estado de todo o povo.

O fim do socialismo é dar satisfação às crescentes necessidades materiais e culturais de toda a sociedade e de cada um dos seus membros, na base do crescente e planificado desenvolvimento da economia nacional, do incremento ininterrupto da produtividade do trabalho social.

Com o fim da propriedade privada dos meios de produção (embora haja propriedade privada de objectos) desaparecem as classes antagónicas.

2. A construção do socialismo não se processa espontaneamente. Exige uma acção deliberada dos trabalhadores, baseada numa teoria científica.

Marx descobrindo e divulgando os princípios do socialismo científico forneceu uma teoria imprescindível, sem a qual não heveria processo revolucionário (o que não significa que não houvessem lutas).

A experiência desde então, nomeadamente o surgimento e desenvolvimento do socialismo na Rússia-URSS, China, Mongólia, Polónia, República Democrática do Vietnam, República Popular da Coreia, República Democrática da Alemanha, Hungria, Checoslováquia, Albânia, Roménia, Bulgária, Jugoslávia e Cuba, confirmou o marxismo e enriqueceu-o com novos ensinamentos.

3. Nos países socialistas a propriedade dos meios da produção é cooperativa ou social (por meio do Estado).

O Estado é dos trabalhadores.

Por outras palavras, os trabalhadores, o povo em geral, têm nas suas mãos a capacidade produtiva do país que a colocam ao seu serviço.

Nesta medida não tem significado falar em controlo da produção no mesmo sentido que temos falado, porque os trabalhadores não podem lutar contra eles próprios.

Os trabalhadores têm mais do que o controlo da produção: têm o domínio de toda a produção e distribuição da riqueza nacional, baseado num planeamento central democraticamente elaborado e que, com base na banca estatal e outros organismos, controla também o desenrolar do processo produtivo a nível das unidades.

4. A inexistência de controlo da produção resulta da própria natureza de classe do sistema. Não significa que os trabalhadores a nível de empresa e nacional não tenham um papel imprescindível (sem eles não havia socialismo) nas decisões económicas, mas exactamente o contrário.

Os exemplos seguintes podem demonstrar a verdade do afirmado.

Tomando como exemplo a URSS:

— Os operários e funcionários soviéticos participam da administração das empresas através de diversas formas de organizações sociais. Entre elas, ocupam um lugar de destaque as conferências de empresa, que funcionam permanentemente e nas quais são discutidos todos os assuntos dos trabalhadores.

— As organizações do partido (que em 1970 tinha 14 631 289 militantes) ouvem periodicamente

relatórios sobre diferentes questões dos directores das empresas e de outros administradores, estudam as situações existentes no locais de trabalho.

Os comités fabris e locais dos sindicatos participam directamente da administração das empresas estatais socialistas. Os direitos dos órgãos sindicais em todas as esferas de sua actividade são garantidos pelas leis soviéticas.

A experiência dos outros países socialistas é, também bastante rica. Recorde-se apenas a actividade dos Comités de Defesa da Revolução em Cuba, nas frentes do abastecimento, do trabalho voluntário e da economia ¹⁰.

Tendo em conta a opinião dos sindicatos, são elaborados os projectos dos planos de produção e dos planos de investimento. Os comités sindicais apresentam propostas de melhoramento da produção, as quais são discutidas pela administração das empresas e pelos órgãos económicos superiores. Considerando as suas opiniões, são designados os administradores.

50,3% dos deputados do Soviete Supremo — órgão máximo do Estado nomeadamente para os assuntos económicos — são operários ou kolkozianos.

2.4. Pressupostos da exposição seguinte

1. Na exposição seguinte consideraremos sempre o controlo da produção como inserido numa sociedade em fase de consolidação da democracia a caminho do socialismo, em que existe já um sector nacionalizado vasto — servindo parcialmente os interesses dos trabalhadores e começando a inserir-se numa nova organização económico-social — em que existe um campo de manobra dos trabalhadores e seus representantes no poder político, mas em que ainda são necessárias encar-

niçadas lutas para a instauração de um Estado dos trabalhadores.

Mais, considera-se que o controlo da produção, parte do poder popular, tem um importante contributo a oferecer para a evolução social.

3. PARA UMA NOÇÃO MAIS EXACTA DO CONTROLO DA PRODUÇÃO

3.1. Na empresa

3.1.1. *Capitalista*

Ao nível da empresa capitalista existe uma clara contradição entre o capitalista explorador e os trabalhadores explorados.

Nela o controlo da produção toma uma forma que se pode chamar de pura.

3.1.1.1. Esquema-tipo para sector industrial

1. Surge muitas vezes a preocupação de se conhecer um esquema tipo de controlo da produção.

Ora, é possível dar uma ideia das concretizações do controlo ao nível da empresa, mas não mais do que isso.

A amplitude e formas de luta e organização do controlo varia de sector para sector, de empresa para empresa.

Antes de analisarmos cada uma destas partes do controlo da empresa convém salientar que para todas pode considerar-se duas ópticas:

- a) Controlo sobre o que existe;
- b) Criação de aspectos novos.

Vejamos um pouco em detalhe sobre que aspectos pode incidir cada um dos segmentos de controlo atrás referidos.

I — CONTROLO SOBRE A PROPRIEDADE

É aspecto bastante complexo. Passa por um controlo sobre as relações com os grupos económicos em que se inserem — o que normalmente exige uma posição dos trabalhadores de todas as empresas do grupo — e sobre o capital de outras empresas.

II — CONTROLO SOBRE AS INSTALAÇÕES

- 1) Defesa das instalações e seu conteúdo.

Basta lembrarmo-nos do número de «curto-circuitos» que ultimamente tem havido e do valor destruído e destrutível, das suas consequências.

- 2) Sobre temperatura, iluminação, ruídos e poeiras.

Podem afectar seriamente a saúde e as condições de trabalho.

- 3) Dimensões das instalações e área coberta.

Esta pode influir sobre volume de produção, condições de conservação de equipamento, matérias-primas, produtos acabados, etc.

- 4) Condições das instalações (ou inexistência) para cantina, creches, sanitários, etc.

5) Sobre aquisição de terrenos.

As compras de terrenos que «em princípio» são para alargar as instalações constituem, muitas vezes, uma forma de fuga de capitais, ou de jogos especulativos.

6) Sobre utilização dos terrenos.

7) Sobre preço de aluguer das instalações.

Aparecem às vezes fábricas em instalações de outrem, nomeadamente do patrão, promovendo pelo pagamento desmesurado da renda uma transferência de capitais para o patrão ou outras empresas.

III — CONTROLO SOBRE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

1) Nacionalidade de máquinas adquiridas.

É preferível para o conjunto da economia portuguesa que, desde que se produzam no nosso País, as máquinas sejam adquiridas ao mercado nacional. Reduz as importações e dívidas ao estrangeiro e aumenta a produção e emprego no País.

2) Situação da empresa fornecedora.

Mesmo na opção por fornecedor ligado à produção nacional é preferível, face a semelhantes condições de mercadoria, adquirir a empresas controladas pelos trabalhadores e evitar os intermediários.

3) Tipo de máquinas adquiridas.

Ver se são necessárias, se correspondem à evolução tecnológica e às necessidades da empresa, se está de acordo com eventuais intenções de reconversão.

4) Preço e facturação.

Uma das formas mais usadas de sabotagem económica é a aquisição de mercadorias tendo acordado previamente com o fornecedor que a factura deveria ser passada num valor superior. A diferença entre o efectivo preço da mercadoria e o facturado seria depois transferida para os capitalistas intervenientes. Quando isto se verifica face a importações temos uma fuga de capitais para o estrangeiro.

IV — CONTROLO SOBRE AS MATÉRIAS-PRIMAS

1) Nacionalidade dos fornecedores e produtores.

(Ver III 1);

2) Situação das empresas fornecedoras e produtoras.

(Ver III 2);

3) Preço e facturação.

(Ver III 4);

4) Qualidade.

É necessário haver a garantia que a qualidade é suficiente para a mercadoria a ser fabricada. Não atender a este aspecto e utilizar uma má matéria-prima pode levar futuramente a dificuldades de mercado, particularmente graves quando se refere ao estrangeiro. Não se deve igualmente permitir que matérias-primas de grande qualidade sejam aplicadas em produtos que as não exijam.

5) Tipo de matérias-primas.

Ver se correspondem às necessidades actuais da produção, se permite levar à prática possíveis reconversões de produção.

Verificar se existem produtos sucedâneos utilizáveis.

6) Método de aquisição de matérias-primas.

Verificar se se adquire por encomenda, por períodos regulares de tempo ou por outra forma e se isso se coaduna com os interesses do conjunto da economia e da empresa.

7) Volumes de «stocks».

A inexistência de «stocks» suficientes, particularmente em mercadorias que têm um longo prazo de entrega pode levar à paralização da empresa.

8) Condições de armazenagem.

Verificar se as condições de «stockagem» são as melhores, se não leva a que haja deteriorações.

V — CONTROLO SOBRE AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

1) Fiscalização sobre empréstimos pedidos à banca.

Uma das formas de sabotagem de desvios de fundos depois do 11 de Março tem sido o pedido de empréstimos para uns fins e a sua aplicação noutros ou mesmo a não aplicação.

2) Exigências dos pagamentos serem feitos por cheque (nomeadamente para pagamento de salários).

Só com pagamentos por cheque pode haver um controlo sobre a movimentação de fundos. É possível actualmente exigir tal medida que deveria ser governamental, mas perante a sua não actuação devem os trabalhadores em cada empresa exigi-la.

3) Fiscalização dos trabalhadores sobre cheques passados.

A melhor forma de o fazer é pela assinatura de controlo de elementos da comissão de trabalhadores, depois de tal ter sido convenientemente transmitido à banca nacionalizada (ao serviço dos trabalhadores).

4) Depósito dos cheques e dinheiro.
Devem realizar-se nos bancos nacionalizados.

5) Movimentações de caixa.

6) Passagem, aceite, reforma, desconto de letras.

É grande o volume de operações financeiras que passa por esta forma de título de dívida. Muitas manobras do patronato se dão desta forma.

7) Contabilização de todas as entradas de dinheiro.

8) Sobre notas de débito e de crédito.

9) Garantia de recepção dos montantes referentes às vendas ao estrangeiro.

10) Pagamento à Previdência.

11) Prioridade de pagamento de dívidas.

É difícil estabelecer uma prioridade rígida, mas é certo que as pequenas e médias empresas, as empresas nacionalizadas têm prioridades no pagamento das dívidas.

12) Fiscalização dos contratos de seguro.

Verificar se os contratos correspondem à realidade e necessidades. Vigilância sobre eventuais manobras.

VI — CONTROLO SOBRE AS INFORMAÇÕES

Permite detectar muitas manobras do patronato quer pelo conhecimento de determinados pedidos, quer de queixas, prazos acordados, etc.

- 1) Sobre correspondência.
- 2) Sobre Telex.
- 3) Sobre PBX.

VII — CONTROLO SOBRE ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PESSOAL

1) Sobre a passagem de orçamentos.
Com o fito de sabotagem umas vezes são muito elevados, outras muito baixos.

2) Aceitação ou recusa de encomendas.
Há casos de patrões em que a fábrica está a laborar com uma capacidade produtiva fortemente desaproveitada e que recusam encomendas. Outros aceitam encomendas que não podem satisfazer nos prazos, aceitando simultaneamente penalidades para o não cumprimento da entrega.

3) Número de quadros administrativos.
Só quem trabalha tem direito a salário.

4) Sobre quadros estrangeiros.
O seu número deve ser reduzido ao mínimo e deve haver um controlo sobre todas as suas actividades.

5) Sobre bens pessoais dos patrões.
Necessidade do seu arrolamento para facilita-

de e rapidez de intervenção caso se detectem fraudes capazes de levar à aplicação dos Decretos-Lei 660/74 e 222B/75. Vigilância para que não se processem transacções fictícias.

6) Cumprimento do contrato colectivo e legislação sobre salários.

Significa que os salários acordados são cumpridos e que não existem novos aumentos sem que disso tenham conhecimento todos os trabalhadores, que devem verificar a sua legalidade e oportunidade.

7) Impedimento de distribuição de dividendos.

Toda a mais-valia criada na empresa deve ser aplicada no desenvolvimento da economia portuguesa.

VIII — CONTROLO SOBRE A CONTABILIDADE

Muitos dos aspectos atrás focados ou a referir mais à frente (exemplo facturação) têm algo de muito íntimo com a contabilidade, contudo podemos especificamente referir ainda os seguintes aspectos:

1) Sobre o movimento das contas.

Certas contas prestam-se a manobras por parte do patronato se tiver a cumplicidade de contabilistas. Existe algumas que são mais susceptíveis de serem utilizadas na sabotagem, devendo ser prioritariamente fiscalizadas.

2) Que a contabilidade reflita a evolução económica da empresa.

Significa a eliminação de contas fictícias, tão frequentes no fim do ano, uma correcta avaliação dos valores, uma escrituração correcta, etc.

3) Técnicas contabilísticas.

Verificar se são as mais correctas e que dão mais rápida resposta aos problemas.

4) Combate à burocratização dos serviços.

É preciso ver no concreto as formas que aquela assume.

5) Pela existência de uma contabilidade, mesmo que rudimentar, previsional.

Não basta saber o que se tem passado mas também calcular aproximadamente o que se virá a passar e reagir prontamente face a eventuais desajustamentos entre a previsão e a realidade, inserir a contabilidade no conjunto da gestão empresarial.

6) Pela existência de uma contabilidade industrial.

Registo sistemático de todos os custos.

7) Pela correcção dos cálculos da contabilidade industrial.

8) Contabilização dos desperdícios.

Combater o desaparecimento de material.

IX — CONTROLO SOBRE A PRODUÇÃO

1) Idade das máquinas e seu nível técnico.
Seu funcionamento e estado de conservação.

2) Utilização das máquinas.
Quanto à capacidade de utilização e funcionamento

3) Organização do trabalho.

4) Encadeamento das fases de produção.

5) Volume de desperdícios e seu possível aproveitamento.

Verificar se os desperdícios são evitáveis, se não são incluídos nos desperdícios materiais bons, verificar se o seu volume é normal, se não é possível criar novas actividades de aproveitamento.

6) Secção de reparação das máquinas e equipamento.

Uma má actividade desta ou uma acção sabotadora pode levar a graves consequências sobre a produção.

7) Técnicos, sua preparação e actuação.

Exigência de técnicos com capacidade técnica, que estimulem a iniciativa criadora dos trabalhadores, que trabalhem colectivamente, que se coloquem ao lado dos operários.

8) Pessoal técnico estrangeiro.

Como em relação aos quadros administrativos reduzi-los ao mínimo e vigiar suas actividades. Assimilação das suas técnicas.

9) Combate à fuga de técnicos.

10) Medidas possíveis de reconversão da produção.

Ver qual a gama de produtos possíveis de fabricar com o actual equipamento. Estudar quais os mais convenientes. Verificar outras alternativas face à introdução de inovações nos equipamentos.

11) Plano de investimento.

Quanto a máquinas adquiridas e sua amortização.

12) Procura de normalização da produção.

Cria-se assim maior possibilidade de produção em série.

X — CONTROLO SOBRE AS VENDAS

1) Venda por intermediários ou directamente.
Devem os trabalhadores defender, sempre que possível, que não sejam utilizados os intermediários pois é uma medida de defesa do consumidor-trabalhador.

2) Repartição da venda entre o mercado nacional e internacional.

Havendo que satisfazer o mercado interno, combatendo todas as actuais importações de produtos que podem ser produzidos no País, há igualmente que dar uma grande importância às exportações, inclusive pela conquista de novos mercados. Têm grande importância os países socialistas.

3) Preços de produtos semi-acabados.

4) Preço e facturação dos produtos acabados.
Combater a subfacturação e os privilégios concedidos a certos clientes que funcionam como fuga de capitais.

5) Qualidade.
(Ver IV. 4.)

6) Volume de «stockagem» de produtos acabados.

7) Condições de armazenagem.
(Ver IV. 8.)

Estes aspectos do controlo da produção ao nível da empresa não podem ser levados até às últimas consequências se não forem completados por uma organização sectorial que os incentive e conduza a uma coordenação de esforços ¹¹.

3. O controlo da produção nos aspectos atrás referidos conjuga-se e interliga-se no grande objectivo de manter as empresas em laboração, de lutar contra o desemprego.

Esta a razão porque muitas lutas de controlo da produção desembocam na intervenção do Estado, na autogestão e em cooperativas de produção.

4. Além destes aspectos estreitamente ligados à vida da empresa é de destacar que uma eventual primeira tarefa das comissões de controlo nas empresas será, se em tal o Estado estiver empenhado, uma inventariação da capacidade produtiva e distributiva da nossa economia, já que até este momento o conhecimento é diminuto e resultante de informações dos capitalistas.

3.1.1.2. Sectores agrícola e piscatório

1. Também nestes sectores o controlo da produção baseia-se na vigilância revolucionária contra os delitos económicos e na imposição de soluções que sejam concordantes com as reais aspirações de todos os trabalhadores.

A sabotagem económica no sector agrícola toma alguns aspectos semelhantes aos verificados na indústria — nos créditos e fuga de capital, na aquisição de matérias-primas, armazenagem e distribuição da produção — mas acrescidos de outros com particularidades novas, como por exemplo o não aproveitamento das terras.

O facto de os sectores básicos da indústria serem prioritariamente nacionalizados, assim como a banca e os seguros, coloca a agricultura numa estreita dependência do sector nacionalizado, diminuindo a importância de muitos aspectos comuns do controlo da produção.

É também de referir algumas especificidades do sector agrícola: grande percentagem da produção sem carácter social, carácter bem mais visível

e escandaloso da sabotagem, clara diferenciação entre uma secção produtiva e a estrutura comercial ou administrativa, mesmo geográfica em muitos casos, aspecto sazonal da produção.

Este conjunto de factores, o carácter premente do combate a certas formas de sabotagem económica fazem com que os assalariados agrícolas tenham ligado estreitamente o controlo da produção à reforma agrária. Aquele tem-se manifestado essencialmente nos seguintes aspectos:

- Impedimento de destruição de colheitas e matança de gado;
- Ocupação das terras não aproveitadas;
- Imposição do reconhecimento legal das ocupações e o fornecimento de crédito pela banca nacionalizada;
- Realização de investimentos que permitam uma melhoria das condições produtivas agro-pecuárias.

Sendo estes quatro pontos o cerne do controlo da produção no sector latifundiário da agricultura existem outros e importantes: contra os açambarcamentos, condições de armazenagem, pagamentos, etc. Os problemas de mercados manifestam-se mais claramente após as ocupações das terras e a formação das cooperativas.

2. Desconhecemos qualquer experiência de controlo da produção no sector das pescas — embora as tradições de luta destes trabalhadores façam crer na existência de formas embrionárias de controlo, embora desorganizadas —, pelo que consideramos inoportuno fazer considerações específicas sobre o assunto.

Numa visão geral poderemos afirmar que, partindo de uma clara separação entre os capitalistas deste sector e os artesãos, o controlo da produção

localizar-se-á nos primeiros, aparecendo como eventuais objectivos:

- Utilização de toda a capacidade piscatória e nas melhores condições; reconversão de sectores da actividade;
- Impedimento de destruição dos produtos da pesca e exigência de condições de congelação;
- Combate ao desemprego e às manobras de exploração, podendo avançar-se para um afastamento das entidades capitalistas;
- Preço de venda do pescado e distribuição da mais-valia.

3.1.1.3. Sector comercial

1. Escusado será salientar a importância do controlo sobre a distribuição de mercadorias.

O controlo nos sectores produtivos pressupõe imediatamente uma vigilância e intervenção dos trabalhadores face a problemas de compra e venda.

O controlo da produção no sector comercial, quando considerado na generalidade, tem aspectos idênticos ao controlo da produção no sector industrial — sobre a propriedade, os fornecedores, o crédito, a informação, a administração, a contabilidade, a venda — mas a sua concretização apresenta aspectos bem diferenciados.

O controlo sobre as importações desnecessárias, pela redução do circuito produção-consumo, sobre as condições de armazenamento e os preços, sobre as operações financeiras são algumas das suas manifestações prioritárias neste sector.

Simultaneamente há dois aspectos bastante importantes e típicos do controlo no subsector da comercialização ao público:

- Educação do consumidor: «Que os trabalhadores do sector da distribuição se mentali-

zem e desenvolvam uma educação permanente junto dos consumidores em ordem a preferirem o produto nacional e a aplicarem bem o seu dinheiro, isto é, gastá-lo na aquisição de produtos de qualidade garantida, e de produtos que satisfaçam as suas reais necessidades ¹²;»

— Moralização da distribuição: «O sector da distribuição deverá empenhar todo o seu trabalho na satisfação plena e correcta das populações; não desenvolver a sua actividade só na miragem do lucro, mesmo estando as empresas nas mãos dos trabalhadores ¹².»

2. Verificam-se grandes diferenças entre o comércio por grosso, sem um contacto com o público e o comércio a retalho, sendo este diferenciado internamente de acordo com a grandeza das empresas.

Consequentemente o controlo da produção não se processa homogeneamente no sector comercial. No campo organizativo apresenta particularidades interessantes: à medida que se caminha do grossista para o retalhista e para o pequeno comerciante aumenta a importância das comissões de moradores, conselhos de aldeia e outras estruturas populares regionais no controlo da distribuição.

3.1.1.4. Sector serviços

1. O controlo da produção nos serviços apresenta normalmente forma bastante insípida quanto a objectivos e organização, o que se deve mais à situação classista dos trabalhadores deste sector do que à falta de matéria para a sua existência.

2. Em relação ao sector dos serviços poderíamos elaborar tantos esquemas-tipo quantos os subsectores da actividade — hotelaria, banca,

seguros, etc. — mas parece-nos que o esquema tipo atrás apresentado é adaptável — por exemplo assim como numa empresa industrial há que vigiar a facturação para o estrangeiro e o seu pagamento, nos seguros tem-se que controlar os contratos de resseguro, com o estrangeiro, e as transferências de capitais; assim como na indústria tem-se que ver a quem se vende, na banca tem-se que atender a quem se concede crédito e segundo que critérios; etc.

3. Saliente-se que entre os serviços têm uma relevância notável a banca e os seguros. Refletem-se imediata e fortemente no conjunto da economia.

Não é desconhecido de ninguém a importância que revestia a actuação dos empregados bancários no período anterior à nacionalização desse sector.

Não é pois de estranhar que, inserindo-se o controlo da produção no vasto objectivo nacional de consolidação da democracia e transição para o socialismo, revistam particular importância as iniciativas de reconversão total ou parcial do sector.

Também não é de estranhar que o VI Governo procure liquidar a iniciativa dos trabalhadores da banca e pôr esta ao serviço de interesses capitalistas.

3.1.2. *Nacionalizada*

1. Uma empresa nacionalizada caracteriza-se pelo facto da propriedade formal dos meios de produção deixar de ser dos capitalistas, como cidadãos e como classe, e passar a ser do Estado.

A propriedade efectiva das empresas nacionalizadas e os interesses que serve depende, em última análise, da natureza de classe do Estado.

— Se o Estado está na mão dos grupos monopolistas as nacionalizações servem os capitalis-

tas e a diferença de proprietário é meramente formal (que exige que os trabalhadores lutem não pela desnacionalização, mas pelo derrube do Estado capitalista e criação dum Estado dos trabalhadores);

- Se os grupos monopolistas forem grande ou totalmente afastados do aparelho de Estado e os trabalhadores tivessem nele alguma influência estamos perante as nacionalizações democráticas que, pelos objectivos que servem, têm um carácter contraditório, embora se faça sentir o peso dos trabalhadores que, certamente, influenciaram de forma decisiva (o que exige que os trabalhadores lutem por um Estado dos trabalhadores e comecem a tomar iniciativas de reorganização da economia);
- Se o Estado é dos trabalhadores as nacionalizações são socialistas: a propriedade dos meios de produção é efectivamente de todos os trabalhadores e serve os interesses destes.

No primeiro caso estamos perante uma situação idêntica a uma empresa capitalista, em capitalismo consolidado não fazendo sentido o controlo da produção.

No terceiro caso, embora num período transitório o controlo da produção deva existir para prevenir contra manobras dos administradores influenciados pelas posições capitalistas moribundas, estamos perante uma grande intervenção dos trabalhadores na vida da empresa mas que não será propriamente controlo.

No segundo caso o seu próprio carácter contraditório impõe uma dupla situação:

- Controlo da produção;
- Intervenção na gestão da empresa.

2. O controlo da produção numa empresa nacionalizada significa como nos outros casos uma atitude de vigilância face às eventuais irregularidades e a exigência de tomadas de posição de acordo com os interesses gerais da economia ao serviço dos trabalhadores.

Contudo tem que se atender à natureza de classe do Estado que nomeia as administrações, à possível intervenção dos trabalhadores da empresa na sua gestão, traduzindo-se, pois, numa posição de vigilância e apoio crítico.

O bom funcionamento das empresas nacionalizadas democraticamente é uma derrota das forças reaccionárias que defendem a propriedade privada dos meios de produção.

3. As empresas nacionalizadas num regime efectivamente democrático, encontram-se numa situação contraditória: inserem-se em relações económicas capitalistas mas têm que se estruturar e actuarem de acordo com os novos e futuros objectivos (novos serviços ou produtos, preços diferentes, mercados diferentes, outras relações com outras empresas, inserção em planeamentos, etc.).

Devem ser pontas de lança para o surgimento, embora embrionário, das formas de gestão socialista.

4. Em linhas gerais podemos dizer que a gestão socialista (social e de empresa) visa «assegurar o bem-estar completo e o desenvolvimento total de todos os membros da sociedade»¹³.

Assim sendo, podemos considerar, à luz da teoria e da prática, os seus seguintes princípios:

A) Participação de todos os trabalhadores na gestão, o que exige:

a) Organização dos trabalhadores e combate a todas as infiltrações da ideologia capitalista;

- b) Destruição «a todo o preço do velho preconceito absurdo, bárbaro, informe e odioso segundo o qual as pretensas «classes superiores», só os ricos ou aqueles que passaram pela escola das classes ricas, podem administrar o Estado, organizar a edificação da sociedade socialista»¹⁴;
- c) Controlo operário da produção e surgimento de novos (quantitativa e qualitativamente) quadros técnicos.

B) Centralismo-democrático, de que há que realçar:

- a) de todos os trabalhadores na gestão;
- b) Planificação da economia e direcção centralizada com a participação das largas massas de trabalhadores e conjugação de esforços face aos objectivos comuns;
- c) Responsabilidade individualizada: «Discussão em comum mas responsabilidade individual;»
- d) Gestão realizada por homens de confiança dos trabalhadores, devotados ao socialismo.

D) Nova disciplina de trabalho, isto é, uma disciplina baseada na consciência, apoiada na camaradagem e interajuda.

E) Estímulos económicos e políticos qualitativamente novos de grande variedade (entusiasmo, brigadas de choque, «sábados comunistas», estímulos morais e materiais) com destaque para a emulação socialista.

F) Luta contra a burocracia, o que demora longos anos pois «exige centenas de medidas, desaparecimento do analfabetismo, generalização da cultura...».

5. A dupla inserção da empresa nos problemas gerais e específicos, o facto de ser de toda a sociedade mas serem os trabalhadores da própria empresa que lhe dão existência, a dupla natureza da sua gestão — gestão própria inserida na gestão social — deve conduzir a uma gestão conduzida por representantes do Estado e dos trabalhadores, cujas proporcionalidades têm que ser analisadas no concreto.

Contudo nesta interligação entre controlo da produção e gestão, particularmente sensível nas empresas nacionalizadas no período de transição para o socialismo, há que considerar campos diversos e empenhamentos diferentes:

«Cada dos níveis de intervenção na gestão por parte dos órgãos dos trabalhadores (...) estão racionalmente enquadrados em âmbitos de actuação dos órgãos directivos bem delimitados. É assim que:

- a) Os trabalhadores escolheram o controlo-fiscalização para os campos de gestão económica e técnica, normalmente menos dominados pelas massas trabalhadoras e em que mais facilmente poderiam cometer erros comprometedores;
- b) O controlo-participação foi destinado à gestão das questões sociais geralmente mais ao alcance de todos;
- c) Por último, os trabalhadores não hesitaram em recorrer à gestão unilateral nos domínios políticos de defesa da revolução: saneamento, segurança, avanço do poder popular a nível de sector, etc. ¹⁵.»

3.1.3. *Gestão não capitalista*

1. Designando por este termo grosseiro as situações em que os trabalhadores tomaram conta da empresa e a administram — autogestão, coope-

rativa de produção — verifica-se que não tem significado o controlo da produção.

Os trabalhadores não se controlam a si próprios.

Há, sim, que lutar e defender, métodos democráticos de actuação na organização da empresa.

3.2. No sector e na economia

1. A forma primária do controlo da produção é o controlo na empresa. Num primeiro período de lançamento do controlo da produção surge como o aspecto exclusivo ou o mais importante. Constitui a base de formas mais avançadas de organização.

Na actual fase da revolução portuguesa a generalidade do controlo da produção na empresa continua a constituir tarefa importante e que exige grande concentração de esforços: é necessário que exista controlo da produção em todas as empresas vitais da economia portuguesa, em todas as empresas com um número significativo de trabalhadores, quer sejam de iniciativa privada ou nacionalizadas. São situações diferentes que exigem actuações diferentes, mas em qualquer dos casos indispensável.

Lançar o controlo da produção nas empresas onde ainda não existe, corrigir a diversos níveis de decisão alguns caminhos errados, melhorar o controlo da produção onde ele já se realiza, constituem tarefas do momento actual.

Contudo, o nível já atingido pelo controlo organizado da produção pelos trabalhadores cria condições ao avanço para novas formas de organização, para comissões sectoriais de controlo, mesmo para comissões nacionais.

O controlo a nível de empresa aparece muito insuficiente em vários aspectos, mesmo para tomar iniciativas que só àquela respeitem: como impedir a importação de matérias-primas sem um esforço coordenado com empresas com o mesmo

problema e sem conhecer quais as empresas que em Portugal produzem essas matérias-primas e se estão ou não controladas pelos trabalhadores? Como expandir os mercados sozinha sem saber se isso é uma conquista de mercados potenciais inexplorados ou o roubo de mercados a outras empresas controladas?

Os trabalhadores sentem a necessidade de planificar a actividade dos sectores controlados, substituir a anarquia da produção e da concorrência capitalistas pelo esforço coordenado de interajuda entre trabalhadores e empresas. Só a coordenação entre comissões de controlo trabalhador das empresas, contribuindo cada uma com a sua experiência, pode introduzir um novo dinamismo económico.

Não se trata apenas de dinamizar o existente, mas também aproveitar integralmente as possibilidades da nossa economia, rasgar novos horizontes. Actualmente os trabalhadores, particularmente de sectores de vanguarda, com maiores tradições na luta, não estão dispostos a cruzar os braços perante as hesitações, erros, inoperância — deliberada ou não — dos organismos oficiais ou officiosos, do Estado, ainda longe de ser dos trabalhadores.

Todos estes sectores apontam para as formas superiores de organização do controlo operário.

A prova cabal de que é imperioso no actual momento avançar para a organização sectorial e nacional do controlo da produção encontra-se nas próprias decisões dos trabalhadores:

- «Assim sendo, e em conformidade com as opiniões manifestadas, parece recomendável que as comissões de trabalhadores escolham entre si os elementos que devam integrar as Comissões de Sector (metalúrgicos, têxtil, hoteleiro, etc.) destinadas a fazer um levantamento geral dos problemas do sector res-

pectivo, a encontrar soluções subordinadas ao interesse colectivo e a trabalhar em colaboração com as entidades governamentais e com as demais comissões de sector, na construção de uma sociedade feita à medida dos reais interesses das classes trabalhadoras ¹⁶;

— Decidiu-se que controlo e fiscalização da produção e gestão pelos trabalhadores deve processar-se ao nível da empresa e ao nível do ramo industrial ¹⁶.»

Poder-se-á argumentar que todas estas iniciativas estão muito aquém das necessidades, que há muitos sectores mais atrasados na luta que se trava, etc. Certo, mas estes aspectos não podem levar a subestimar, as tendências reais do processo revolucionário, estas iniciativas.

Salientemos apenas alguns aspectos da sua importância:

- a) Permitem desde já resolver alguns problemas sérios que se colocam à economia desses sectores;
- b) Em todo o processo revolucionário há sectores da classe operária com diferentes experiências de luta e a forma de avançar é os sectores mais conscientes tomarem a iniciativa.

Constituem importantes exemplos. A força do exemplo é a melhor escola.

- c) Revelam a disposição dos trabalhadores de avançarem no processo revolucionário, de se empenharem na batalha da produção e no controlo da produção, fomentando o surgimento de novos quadros, constituindo organismos económicos tipicamente proletários, com um tipo de organização e actuação totalmente diferentes, mais operacionais,

com objectivos revolucionários claramente definidos.

São germens da futura organização económica dos trabalhadores no Portugal socialista;

- d) Mostram claramente os grandes passos em frente que são possíveis de dar no processo revolucionário se houver um Estado totalmente empenhado na transição ao socialismo.

O controlo organizado da produção insere-se no actual período de consolidação da democracia a caminho do socialismo.

Tem grande possibilidade de expansão devendo-se caminhar para a criação de organismos nacionais. Inserindo a sua actuação no próprio Estado — impedindo qualquer espartilhamento político ou burocrático — nomeadamente na actividade de planeamento.

Contudo, a sua actuação, é sempre limitada. É uma luta económica. Não se pode erigi-la a aspecto máximo da luta e organização dos trabalhadores. Significaria desprezar ou subestimar a luta política, o que corresponderia a uma futura derrota política e económica.

Aliás o controlo da produção aponta exactamente no sentido contrário. Permite uma compreensão mais clara da articulação entre luta política e luta económica: «Os trabalhadores não tardam a convencerem-se de que o controlo eficaz só é possível depois da passagem do poder político para as mãos do povo trabalhador¹⁷⁻¹⁸.»

2. Apesar da importância do controlo da produção sectorial tem-se verificado a paralização de algumas experiências iniciadas, com sérios prejuízos para os trabalhadores e a economia nacional.

Sua falência resulta de factores objectivos:

- a) Natureza de classe do Estado;

- b) Inexperiência de planeamento e desarticulação nos esforços de coordenação desenvolvidos por diversas entidades;
- c) Crise política;
- d) Composição classista de várias comissões de controlo;
- e) Débil preparação dos sindicatos para darem o apoio que lhes é pedido;
- f) Falta de experiência e conhecimento dos operários.

Há que dedicar mais atenção ao controlo sectorial a fim de reforçar o controlo nas empresas e aumentar a intervenção dos trabalhadores na economia.

3.3. Co-gestão

1. Comecemos por clarificar os conceitos para um empresa capitalista.

Designamos por co-gestão a situação a nível de empresa, em que capitalistas e trabalhadores gerem em comum uma actividade económica.

Pode tomar diversas formas ou amplitudes:

- Conjugar-se com a participação nos lucros pelos trabalhadores, pela distribuição de uma percentagem de acções que permita ao capitalista continuar a ser proprietário e o gestor efectivo dos meios de produção;
- Basear-se na paridade de capital entre capitalistas e «trabalhadores» (em que para estes está fraccionado e para aqueles unido);
- Assentar organizativamente num órgão deliberativos sobre todos os aspectos da empresa ou apenas sobre uma parte deles de menor importância;
- Ter expressão através de um organismo consultivo.

Em qualquer destes casos quem continua a mandar é o capitalista e o enquadramento programático em que se inserem as decisões são a sociedade capitalista e as suas leis de funcionamento.

Criando nos trabalhadores a ilusão de que «gerem» e «decidem» a co-gestão amortece a luta. Quando ligada à participação nos lucros acelera os ritmos de trabalho e a divisão entre os trabalhadores — para levar a um acréscimo de remuneração muito inferior ao aumento de mercadorias que necessitariam para compensarem o maior desgaste da força de trabalho.

A co-gestão é a expressão prática, real, da teoria da conciliação de classes antagónicas, opondo-se, portanto à realidade da dinâmica social.

Não pretendemos entrar em análise detalhada. Apenas queremos salientar que a cogestão articula-se estreitamente com três falsos princípios que têm que ser combatidos política e ideologicamente pelos trabalhadores:

- a) O problema da propriedade dos meios de produção é secundário na resolução da situação dos trabalhadores;
- b) Não há que combater o capitalismo mas melhorá-lo para as classes trabalhadoras e o resultado desse esforço de adaptação é o socialismo;
- c) É ao nível dos problemas económicos da empresa que é resolúvel a crise sem ser necessário alterar a estrutura da sociedade, sendo os aspectos políticos de segunda ordem ¹⁹.

2. Algo muito diferente é o controlo da produção pelos trabalhadores.

O afirmado anteriormente sobre o assunto dispensam-nos de uma análise exaustiva.

Recapitulemos apenas alguns dos seus pontos:

a) Quanto ao conteúdo:

- Imposição dos interesses gerais da economia na dinâmica de transição ao socialismo sobre os interesses específicos, a nível das empresas;
- Fiscalização da actividade do capitalista ou das comissões de gestão, revestindo num e noutro casos um conteúdo diferente;

b) É parte integrante da luta de classes, parte importante da acção económica dos trabalhadores, exigindo, pela sua dinâmica, a tomada por aqueles de posições políticas.

Se ficássemos apenas por este enunciado geral estaríamos, de facto, em campo diferente da co-gestão. Contudo na prática existem outros aspectos que é necessário considerar.

É impossível desenvolver uma actividade de fiscalização e de combate à actuação dos capitalistas sem que, simultâneamente, os trabalhadores assumam posições positivas, isto é, apresentem exigências sobre a condução da empresa e é quase impossível alhear-se totalmente da gestão.

Mais, a imposição dos interesses gerais faz com que os trabalhadores entrem no campo da intervenção (que nomeadamente deve ter força de lei quando a situação política o permitir).

É neste prolongamento gestionário do controlo da produção pelos trabalhadores que surgem aspectos positivos e negativos.

Esta tomada de posição pelos trabalhadores sobre gestão de empresa em consequência do controlo da produção surge inevitavelmente quando a conduta do capitalista não se coaduna

com os objectivos concretos preconizados pelos trabalhadores.

Quer isto dizer que tal corresponde ainda a uma expressão da luta de classes, é o seu reflexo na organização da economia que assumirá novas formas e novos conteúdos radicalmente diferentes dos predominantes em capitalismo.

A tomada de posição de gestão pelos trabalhadores fez-se contra a do patrão. Estamos não perante uma convergência de interesses mas num antagonismo.

Quando os trabalhadores podem tomar de uma forma consequente e generalizada posições de gestão na empresa, verifica-se que nesse momento existem dois poderes ao nível de célula base da actividade económica. Um deles tem que sair vencedor.

A vitória será determinada a curto prazo pelo equilíbrio de forças na empresa, mas será a evolução geral da política do país, da natureza de classe do Estado, que determinará a vitória duradoura ou final.

Assim sendo, estamos perante uma situação muito diferente da co-gestão. Em vez de um poder temos dois poderes, em vez de conjugação de esforços temos luta de classes, em vez de amolecimento dos trabalhadores temos reforço da sua luta.

Contudo, os capitalistas têm ainda grande campo de manobra e fazem todos os esforços para neutralizar o controlo da produção e fazer evoluir este para formas efectivas de co-gestão.

Uma primeira forma, primária, infelizmente muito usada, é a de procurarem criar «comissões de trabalhadores» desligadas dos interesses de classe dos que vendem a sua força de trabalho e capazes de terem toda uma actuação concordante com os objectivos patronais. Assim se criam «comissões de trabalhadores» para obterem créditos na banca, para pedirem facilidades ao Ministé-

rio do Trabalho, mesmo para meterem os sindicatos «ao barulho».

Por um lado obtêm, assim, uma cobertura para as suas manobras fraudulentas e capitalistas e, por outro lado, procuram dificultar um efectivo controlo da produção usando a falsa-comissão para neutralizar tentativas futuras de os trabalhadores se organizarem efectivamente ou como arma de choque de desmantelamento da organização que já exista.

Infelizmente nem sempre estas comissões «espantinho», são constituídas por quadros superiores. Há trabalhadores, operários, que se deixam enredar por estas manobras — por medo, por ignorância, por anticomunismo — colocando-se contra os seus interesses de classe.

Noutros casos, perante o facto de os trabalhadores estarem unidos e já bem organizados, com experiência de luta, verificando que é impossível as manobras anteriores, procuram neutralizar a acção das comissões de trabalhadores efectivamente representativas.

Fazem-no chamando-as a participarem em decisões que são da exclusiva responsabilidade dos capitalistas e dos respectivos serviços burocráticos da empresa — nomeadamente aquelas que podem provocar divisões entre os trabalhadores como sejam os assuntos da secção de pessoal — ou procurando responsabilizar a comissão de trabalhadores por incúrias que lhes são alheias (exemplo avaria de uma máquina).

Ainda noutras situações, conjugando os aspectos anteriores, procuram aproveitar-se de diferenciações orgânicas entre comissões de trabalhadores e comissões sindicais.

Lançar o controlo da produção exige também combater estas manobras dos capitalistas, tanto mais perigosas quanto maior for a força destes e a importância das empresas, isto é, tanto mais grave para o processo revolucionário quanto mais for a

expressão da acção politico-económica do grande capital.

Retroceder, embora de uma forma fluida e esparsa para formas de co-gestão seria dar muitos passos atrás no caminho do socialismo.

O controlo organizado da produção pelos trabalhadores é aspecto importante da luta de classes na qual os trabalhadores unidos vencerão ²⁰.

3. A co-gestão nas empresas nacionalizadas (nacionalizações democráticas ou socialistas) tem um conteúdo de classe totalmente diferente, como já vimos.

3.4. Autogestão e cooperativas de produção

1. «Em vários casos a luta contra a sabotagem económica e a necessidade imperiosa de os trabalhadores afastarem os capitalistas ou a necessidade de garantirem o emprego face à fuga da administração, desemboca quase inevitavelmente em situações de gestão da empresa pelos próprios trabalhadores.

Nos casos mais positivos constituem uma situação transitória até à intervenção do Estado ou esta efectiva-se por delegação de poderes na Comissão de Trabalhadores. Noutros casos tem uma evolução diferente: manutenção de situações de autogestão desligadas do Estado ou evolução para cooperativas.

As cooperativas, dando lugar à formação de uma nova entidade comercial e jurídica, permitem resolver algumas das dificuldades com que se debatem as empresas em autogestão sem intervenção do Estado: liquidação dos encargos da empresa contraídos antes da tomada daquela pelos trabalhadores.

Muitas destas situações aparecem inseridas em justas e corretas lutas, nomeadamente pela sobre-

vivência das empresas, mas parece necessário repensar para esses casos a questão da propriedade dos meios de produção — para se inserir na transformação socialista da sociedade deve ser, prioritariamente social (não entrando com algumas questões específicas do sector agrícola).

Resultam objectivamente de debilidades de intervenção do poder estatal mas constituem, ou deviam constituir, situações transitórias — que podem ser mais ou menos longas. A massividade de tais fenómenos aliado a um eventual carácter permanente levaria à perpetuação do sistema capitalista do mercado de concorrência, ao agravamento de desigualdades, ao predomínio dos interesses particulares, para além de poder ser objecto de aproveitamento político para os defensores da atomização da classe operária e da economia, colocando-a contra a transição para o socialismo ²¹.»

2. A situação mais generalizada de autogestão resulta de inevitabilidades da luta de classes.

É o resultado de muitas situações de controlo da produção levado às últimas consequências e em que não se verifica a nacionalização.

Mas pode ter outras origens a saber:

a) Actuação precipitada e inoportuna dos trabalhadores correrem com os patrões de certas empresas em que, pela situação geral do País, não é viável, desde logo, avançar para a nacionalização ou intervenção estatal.

Passa-se particularmente em relação a pequenas e médias empresas o que provoca em alguns casos conflitos entre duas classes que, embora antagónicas em muitos aspectos podem desempenhar um papel positivo, diferenciado, no processo revolucionário. Estes casos são particularmente nefastos quando

os trabalhadores não apresentam suficiente coesão e não estão preparados para tomar conta da empresa.

Casos há em que se tem de fazer retrocesso na luta, enquanto noutros a autogestão toma a expressão de cooperativa de produção.

- b) Aplicação da teoria autogestionária. São casos raros no nosso País e que tomam uma forma necessariamente transitória, quer pela inconsistência da teoria quer pelo isolamento em que esses trabalhadores caem ²².

3. Analisemos um pouco mais em promenor as teorias autogestionárias.

«As teorias autogestionárias procuram aproveitar-se de algumas justas aspirações das classes trabalhadoras: tomarem nas suas mãos os seus próprios destinos.

Contudo, aparentando levar a uma maior intervenção dos trabalhadores na vida económico-social, conduzem a uma situação contrária na medida que correspondem a uma sobreestimação de luta económica e a uma subestimação da luta de classes e da luta política que conduza, nomeadamente, a um Estado dos trabalhadores. Fazem esquecer que é a natureza de classe do poder político que caracteriza o grau de democracia de uma sociedade. «Transferem» a luta de classes para um antagonismo entre governantes e governados.

Em muitos e muitos casos aparecem como forma de combate às organizações sindicais, aos partidos revolucionários. É uma das máscaras do «socialismo em liberdade», a panaceia contra o socialismo dito «centralizado», «burucrático», «autoritário» e «estatal».

Numa sociedade capitalista não podem existir «ilhas socialistas», pois aquela existirá enquanto existir como forma dominante a propriedade pri-

vada dos meios de produção e a dominação política do grande capital. Não é o tipo de gestão em si que determina o seu carácter democrático mas sim a natureza de classe do poder político. O socialismo autogestionário em economia de mercado não será mais que um «socialismo» de fachada, forçado a submeter-se às regras do jogo ditadas pelo capitalismo mundial, acabando por aparecer a classe operária subalternizada na gestão, que termina por ficar nas mãos de elites desligadas dos reais interesses dessa mesma classe.

Igualmente falar em autogestão socialista apresenta um significado contraditório, pois numa sociedade socialista o que existe é uma correlação de graus de decisão entre a empresa e o poder central. Mais, os «modelos» defendidos mostram que uma demasiada capacidade de decisão da empresa em relação ao poder central conduz ao reduzido desenvolvimento económico, ao agravamento de desigualdades entre empresas e regiões, a fenómenos, embora limitados, característicos de economias capitalistas, à utilização no seu próprio interesse do poder de facto de certas empresas ²³.»

4. São já muitas as cooperativas de produção existentes. É de destacar a acção da Federação das Cooperativas de Produção pelo acompanhamento legal que têm prestado, embora deva reforçar esta sua acção ao longo da vida da empresa e estreitar, em todos os aspectos, a sua actividade com a dos sindicatos.

Da leitura das «normas para Estatutos de Cooperativas de Produção» há que salientar que não aparece claramente a natureza da propriedade dos meios de produção, apesar do inserido no último ponto — «em caso de dissolução os bens e valores sociais remanescentes da liquidação, serão entregues a um organismo que represente

cooperativas de produção...» — apenas aplicável a certos casos de formação de cooperativas.

Apesar de uma certa «leitura» permitir entender que a propriedade dos meios de produção é da Federação, que também não deixa de possuir grandes ambiguidades de significado —, podendo ser positivo ou negativo conforme a natureza de classe do Estado e a actividade da referida Federação —, muitos dos trabalhadores em cooperativas consideram-se proprietários dos meios de produção.

Pode-se apresentar contra estas advertências que em certas regiões já se verificaram trocas e cedências definitivas de meios de produção de umas cooperativas de produção para outras, o que reflecte a elevada consciência dos trabalhadores.

Contudo há que caminhar no sentido de resolver de vez as ambiguidades atrás referidas.

4. DIVERSAS CLASSES E CAMADAS SOCIAIS PERANTE O CONTROLO DA PRODUÇÃO

4.1. Proletariado

1. O proletariado, produto da sociedade capitalista, caracteriza-se por não possuir quaisquer meios de produção e ter que vender, para sobreviver, a sua força de trabalho aos capitalistas e, conseqüentemente, ser explorado — fornecendo trabalho não pago que dá lugar à mais-valia.

Pelas suas próprias características, isto é, pela sua posição nas relações de produção, os proletários constituem necessariamente uma classe revolucionária. Nada têm a perder porque nada possuem de seu (nem a certeza de emprego). Sabem que têm possibilidades de lutar e impôr as suas posições.

A própria prática do processo revolucionário português, apesar de todas as ambiguidades, demonstra que o proletariado só tem a ganhar com qualquer processo revolucionário que abale ou destrua o capitalismo. Refira-se o salário mínimo, os novos CCT, o impedimento de arbitrariedades no despedimento, a redução da taxa de inflação, o novo ambiente político, a liberdade de informação

organização e luta, o fim das guerras coloniais e do colonialismo, etc.

O desenvolvimento capitalista veio aumentar a exploração mas, simultaneamente, agregar o proletariado em grandes unidades, tornando possível novas formas de unidade, organização e luta de amplitude internacional.

A luta do proletariado é importante nos campos económico — pela melhoria das suas condições de vida —, ideológico — mostrando claramente a superioridade moral e científica da sua visão do mundo e falsidade das que se lhe opõem — e político — que conduz ao Estado dos operários e camponeses que, apoiado em todos os restantes trabalhadores, permita caminhar decididamente para o socialismo.

2. Conjugando os aspectos genéricos referidos com a experiência de luta do proletariado industrial e a importância económico-social da indústria, fácil é reconhecer que este é um importante dinamizador do controlo da produção. A própria experiência o demonstra.

O proletariado industrial é um dinamizador e agregador social. A sua força resulta de impulsionar processos historicamente progressistas tendo, simultaneamente, a capacidade de unir os restantes trabalhadores, em primeiro lugar o campesinato, para a luta contra a exploração. O proletariado, sendo um destacamento de vanguarda, tem que inserir a sua acção numa massa de trabalhadores mais ampla. Por isso o obreirismo enfraquece a classe operária.

Contudo o proletariado industrial apresenta diferenciações internas de capacidade imediata de luta: nem todos os seus destacamentos têm a mesma experiência de combate, nomeadamente do tempo do fascismo; uns situam-se em zonas industriais ou de grandes explorações agrícolas e outros em regiões camponesas sujeitas a influên-

cias nefastas. Simultaneamente os capitalistas procuram dividi-los quer com propostas de organização da empresa e de remuneração quer pela luta ideológica com infiltração de ideias reaccionárias, para o que usam processos directos ou contam com a actuação dos seus partidos. O anticomunismo é a sua principal arma de divisão dos trabalhadores.

3. O proletariado industrial é, por excelência, a classe dinamizadora e aglutinadora do controlo da produção. Para aproveitar integralmente as suas possibilidades deve reforçar a sua unidade e organização democrática, combater formas de divisão ideológico-partidárias.

4. O assalariado rural é parte integrante do proletariado, comunhando, pois, das características atrás referidas.

Apesar da maior dispersão dos assalariados rurais, a elevada percentagem que ocupam no conjunto da população, a grande experiência de luta ao longo dos anos, a combativa organização sindical, são factores que tendem a colocá-los num primeiro plano da luta revolucionária.

Fácil é reconhecer que os assalariados agrícolas do Alentejo são uma das forças de vanguarda no controlo da produção e no processo revolucionário em geral.

5. Enquanto o proletariado industrial é vital na luta contra a sabotagem, o desemprego e a exploração, pelas Nacionalizações Democráticas, o proletariado rural do Sul é imprescindível na luta contra a sabotagem, o desemprego e a exploração, pela Reforma Agrária. O primeiro luta particularmente contra os monopólios e o segundo contra os latifundiários. Mas os monopólios e os latifúndios formam um todo — nos interesses, na identidade de propriedade, etc. — pelo que a luta do proleta-

riado industrial e dos assalariados agrícolas do Sul é a mesma luta.

6. Numa situação muito mais atrasada se encontra a luta dos assalariados agrícolas de centro e norte e as suas possibilidades de controlo da produção. As razões dessa situação podem-se sintetizar nos seguintes aspectos:

- a) Embora também existam grandes propriedades agrícolas não têm o carácter dominante que têm no Sul;
- b) Os assalariados rurais encontram-se muito mais dispersos;
- c) Não se encontram quotidianamente perante o inimigo principal quer pelo carácter sazonal de certas tarefas agrícolas quer porque muitas vezes trabalham em propriedades cujo proprietário também se encontra, dentro do conjunto das relações de produção, numa situação de explorado ou semi-explorado;
- d) Inserem-se num ambiente camponês, com tudo que isso significa em todos os aspectos da luta de classes;
- e) Fraca experiência de luta;
- f) Muito fraca organização sindical.

As dificuldades que existem para o avanço da luta dos assalariados agrícolas do norte e centro são grandes mas a sua luta é importante e ultrapassa em muito os aspectos específicos daquela classe, pois:

- Permite alterar a correlação de forças na luta de classes nos campos, contribuindo para arrasar a reacção;
- Por esta forma, criam-se condições para trazer o campesinato mais decididamente para o lado da revolução.

Há que fazer um esforço sério de dinamização dum destacamento do proletariado rural das referidas zonas — reforço de organização sindical, estreitamento de contactos com os assalariados rurais do Sul e com o proletariado em geral.

4.2. Campesinato

1. Pela própria definição de camponês — aquele que simultaneamente é proprietário dos meios de produção e trabalha na terra sem recurso normal a trabalho assalariado —, o campesinato, como classe, está alheado do controlo da produção: não pode autofiscalizar-se ou impor alguma coisa a si próprio.

2. Contudo os camponeses têm muito a beneficiar com o controlo da produção nos outros sectores da economia.

Os operários sabem que o campesinato é também uma classe explorada, que pela posição que ocupam na economia e pelo seu número, constitui um importante aliado na luta pela democracia revolucionária e o socialismo. Também sabem que o seu isolamento dificulta a organização, que têm hesitações quer por serem miniproprietários quer pelo peso das ideologias tradicionalistas.

Assim sendo podem os trabalhadores industriais e do comércio, os assalariados agrícolas, ao terem o controlo sobre as suas unidades produtivas tomarem iniciativas capazes de beneficiarem os camponeses, de exprimirem materialmente a solidariedade revolucionária do proletariado para com o campesinato:

Não podem os trabalhadores do comércio oporem-se às manobras especulativas dos intermediários?

Não podem os operários da indústria química, de adubos, de pesticidas, das indústrias metalúrgi-

cas, etc. tomarem medidas de apoio ao campesinato; dia de trabalho gratuito para venda de produtos a mais baixo preço numa determinada região, imposição de preços diferenciais, etc.?

Existem experiências importantes neste campo.

3. Contudo os camponeses têm que se organizar. As comissões de aldeia e outros organismos populares de base regional podem ser um importante contributo.

Integrados nesses organismos e tendo eventualmente uma actuação de vigilância contra incendiadores, destruidores de culturas, etc. acabam por poder desempenhar um importante papel na luta contra a sabotagem.

4. Praticamente tudo que foi dito para os camponeses pode ser aplicado aos artesãos, embora a sua relevância económica seja menor.

4.3. Pequena e média burguesia

1. As pequenas e médias empresas — embora o termo «médias» seja ambiguo e nem toda a pequena empresa seja de pequeno capitalista — têm uma importância grande na nossa economia: «Oitenta e seis por cento de todas as empresas do nosso País, têm menos de 10 trabalhadores²⁴.»

Apesar dos seus processos de produção antiquados e da reduzida capacidade de cada empresa, o aparelho produtivo, no conjunto, não pode ser desprezado até porque dá um contributo significativo para o Produto Nacional Bruto. «Paralelamente, pelo seu número (que é ainda bastante elevado), os proprietários das pequenas e médias empresas constituem uma camada da população que tem um certo peso no futuro político do País²⁴.»

2. Assim como a sua posição é ambigua no processo produtivo e de distribuição da riqueza — exploradores, em primeiro lugar, mas noutro plano explorados — também o controlo da produção apresenta aspectos contraditórios:

- Por um lado existem muitos delitos económicos, em sentido amplo, nas pequenas e médias empresas, tendo os trabalhadores que lutar contra tal;
- Por outro é prioritário o controlo nas grandes empresas e a pequena burguesia constitui uma classe social que, se não for ganha para o lado da revolução desencadeada pelos trabalhadores, deve pelo menos, ser neutralizada para a reacção, o que não é possível estigmatizando-a sistematicamente. Esta situação contraditória no controlo da produção e actuação dos trabalhadores coloca-se às comissões de trabalhadores quer das próprias empresas em causa, quer de outras, nomeadamente da banca nacionalizada, que com elas estabelecem relações, assim como aos sindicatos e estruturas sectoriais, regionais e nacionais de trabalhadores.

Esta contradição poderá ser grandemente superada pelo próprio controlo da produção — valorizando-lhe determinados aspectos — na sua função de impor na empresa, sector e País os interesses gerais da economia na perspectiva dos trabalhadores, tarefa que deveria conjugar os esforços do Estado Democrático, das empresas nacionalizadas e de múltiplas organizações.

As direcções de actuação resultam de uma visão de conjunto sobre as pequenas e médias empresas:

- a) Muitas não têm as condições mínimas (a nível da tecnologia utilizada, de organização

da produção, da gestão, do aparelho comercial existente, etc.);

- b «Muitas delas são incapazes (porque sempre viveram à custa dos salários de miséria existentes) de absorver qualquer aumento de preços verificado nos chamados factores produtivos (salário, matéria-prima, etc.)²⁴;»
- c) Estão dispersas, com consequente dispersão de uma grande percentagem da classe operária.

Podemos, pois, dizer que a grande maioria das pequenas e médias empresas como existem hoje, constituem um entrave ao desenvolvimento económico, mesmo numa perspectiva socialista.

Para várias só haverá uma solução: fecharem. Contudo, pelas razões já apontadas ela não pode ser a solução geral.

Muitas propostas têm sido apresentadas, mesmo por aqueles que nunca se preocuparam ou até arruinaram as pequenas empresas (exemplo CIP), mas:

«A solução mais correcta parece ser agrupá-las em empresas novas ou mesmo em cooperativas de produção, onde os antigos proprietários de cada uma delas, passem a ser sócios destas últimas sociedades. As empresas que se associassem podiam-se transformar, em muitos casos, depois de devidamente organizadas e modernizadas, em secções especializadas daquelas sociedades. Paralelamente, esta última, já tinha a possibilidade de ter uma secção comercial bem organizada, e processos de gestão adequados às necessidades actuais²⁴.»

Ora esta actuação, a ser realizada por etapas, não surge espontaneamente.

A pequena e média burguesia encontra-se sem capacidade de iniciativa mesmo na resolução dos seus problemas. Por outro lado seria um contra-senso serem os trabalhadores a empenharem-se

numa tarefa que, dum ponto de vista das classes sociais, lhes fosse alheia.

Contudo não será de excluir uma actuação dos trabalhadores na reorganização das pequenas e médias empresas desde que:

- A situação política do País lhes garanta que estão, numa perspectiva de futuro, a trabalhar para si;
- Sejam preenchidas certas condições de actuação dos trabalhadores nessas futuras empresas (exemplo empresa passar ao Estado com os antigos patrões em gestores; obrigatoriedade de controlo da produção com possibilidades de os trabalhadores vincularem os capitalistas...).

4.4. Burguesia monopolista e latifundiária

1. A grande burguesia, encontre-se em que sector da economia se encontrar constitui o principal inimigo do processo revolucionário. Constitui a principal força capitalista: principal detentora dos meios de produção, com dominação dos mercados e capitais e inserida nos conluíus internacionais. Constitui a principal força reaccionária: é a base de qualquer regime fascista, tem importantes campos de manobra nos planos económico, político e ideológico.

Destes aspectos resulta a importância da luta antimonopolista e antilatifundista.

Contudo é inviável na actual fase do desenvolvimento do capitalismo este existir sem monopólios. Uma política antimonopolista e antilatifundista só se pode inserir num processo que conduza ao socialismo.

Entre a grande burguesia industrial e comercial e os latifundiários não existem diferenças de

interesses, há muitas vezes total identidade de propriedade e pessoal.

2. As principais formas de luta contra uns e outros são a nacionalização democrática ou socialista dos monopólios e a expropriação dos latifúndios inserida num processo de reforma agrária.

3. Pela importância económica das grandes empresas, pelo volume de crimes económicos que nelas se cometem, mesmo em gestão normal, pelo carácter reaccionário dos seus proprietários, pela influência que a organização dos trabalhadores nessas empresas pode ter para o conjunto da luta, porque são locais em que quotidianamente se defrontam os inimigos principais com propostas de evolução económica radicalmente diferentes, fácil é concluir da prioridade do controlo da produção nas grandes empresas capitalistas.

Nestes casos o controlo da produção é importante pelas consequências imediatas na luta de classes, mas também como prelúdio de futuras nacionalizações.

4.5. Empregados e técnicos

1. Estas categorias profissionais não são homogéneas. Existem entre elas e nelas diferentes posições em relação à produção, diversas proveniências classistas, múltiplas remunerações.

Apresenta-se, pois, difícil falar destas camadas sociais quanto ao controlo da produção. A própria prática é diversificada.

Falando de uma forma genérica podemos, talvez, concluir os seguintes aspectos:

- a) Existem muitos empregados e quadros técnicos que estão com o processo revolucionário embora sejam uma minoria;

- b) O desenvolvimento das forças produtivas em capitalismo fez com que em vários sectores económicos os empregados e técnicos fossem conduzidos a uma situação subalternizada e explorada, embora os capitalistas actuassem de forma a terem nestas duas camadas sociais um amortecedor das lutas operárias;
- c) São receptivos às ideologias burguesas, com ou sem roupagem progressista, embora não constituam um reduto inexplorável para o socialismo científico;
- d) Estão impregnados por esquemas de raciocínio que o ensino lhes forneceu sem que, simultaneamente, não tivessem deixado de ser abalados pela luta estudantil.

Situação diferente se coloca em relação aos quadros técnicos estrangeiros de multinacionais que podem em bloco ser considerados inimigos da revolução.

2. A experiência do controlo da produção mostra que na grande maioria dos casos houve dificuldade em os operários chamarem para o seu lado os empregados e os técnicos. Daí muitas dificuldades, por exemplo, no controlo sobre a contabilidade.

Contudo, também existem situações em que o controlo da produção foi lançado pelos empregados e que conduziu a grandes lutas. Noutras os quadros técnicos têm um papel destacado na organização do controlo.

Sem dúvida que a direcção política do controlo da produção deve ser do proletariado para que se insira integralmente na transição ao socialismo, mas só terá a ganhar se incluir na sua organização empregados e quadros técnicos progressistas ou facilmente enquadráveis. Com efeito, isso permitirá um controlo mais completo, uma maior rapidez de assimilação pelos operários dos problemas

económico-técnicos. Ganhará técnicos para a revolução.

A própria complexidade da actividade de gestão leva a esta necessidade.

3. Há que procurar reforçar, sempre que possível, a unidade entre operários, quadros técnicos e empregados. Neste sentido, entre outros aspectos, impõem-se que:

- Os primeiros abandonem posições obreiristas, manifestação de posições sectárias que conduzem ao seu próprio isolamento;
- Os segundos abandonem posições paternalistas e tenham clara consciência da primazia revolucionária da classe operária, aceitando-a.

5. ORGANIZAÇÃO

5.1. Na empresa

1. É a situação geral do País que condiciona e determina as principais linhas de força do conteúdo do controlo da produção, as formas gerais de organização que assume. Mas o seu lançamento e reforço nas empresas terá que atender a condicionamentos particulares: tipo de empresa, experiência e capacidade de luta, grau de unidade dos trabalhadores, problemas concretos com que estes se defrontam no momento, etc.

É impossível apresentar uma «cartilha» do controlo da produção e procurar fazê-lo seria errado. São os trabalhadores que democraticamente, partindo de uma análise concreta da realidade, conscientes da importância da tarefa, devem definir o conteúdo e as medidas organizativas do controlo da produção, numa primeira fase nas empresas, numa segunda nos sectores, regiões e no País.

Aqui procuramos apenas referir alguns aspectos metodológicos gerais.

2. Antes de mais, a decisão de avançar no controlo da produção compete a todos os trabalha-

dores da empresa. Exige um debate amplo sobre o que significa, no caso concreto, o controlo de produção, qual a sua importância, que possibilidades têm os trabalhadores de avançar para tal, como vencer as dificuldades que se antevêm, quais as formas organizativas a encarar.

É partindo do debate destes problemas, da realização de reuniões de trabalhadores e de decisões aí tomadas que se pode avançar com segurança para o controlo da produção. Só dessa forma pode-se analisar os problemas até ao fim, contar com a vontade abnegada de todos e partir de uma situação vantajosa para a luta contra a resistência do patronato.

O controlo de produção tem aparecido muitas vezes na sequência de lutas travadas pelos trabalhadores, particularmente contra a sabotagem. O seu conteúdo e dinâmica aparecem então mais claramente e os trabalhadores possuem uma experiência de combate que lhes é muito útil.

Entretanto, nas empresas onde tal não acontece torna-se mais difícil o lançamento do controlo da produção, mas também é possível avançar e é tanto ou mais importante:

- A não detecção de problemas e de irregularidades económicas na actuação do patronato podem resultar não da sua inexistência mas da falta de vigilância pelos trabalhadores;
- O controlo da produção não é uma arma apenas para combater a sabotagem económica e quejandos mas um importante instrumento para preveni-la;
- A sua inexistência em algumas empresas, nomeadamente de grande importância económica, pode dificultar o controlo da produção noutras empresas e no conjunto do sector, quer por razões objectivas (exemplo Financiamento entre elas, etc.) quer de orga-

nização (exemplo formas de coordenação sectorial).

Também neste caso passa por reuniões de trabalhadores e, eventualmente, pelo acompanhamento e apoio de estruturas sindicais, por reuniões interempresas de troca de experiências.

Lançado o controlo de produção, as comissões respectivas passam a desempenhar certas funções, mas têm que manter-se sempre em estreita relação com o conjunto de trabalhadores informando-os, recolhendo sugestões, canalizando lutas, promovendo o debate e decisão colectivos dos grandes problemas.

As comissões criadas, que devem ter um trabalho colectivo, são o executivo do controlo da produção mas aquele é obra de todos os trabalhadores.

3. Meio século de fascismo ainda se faz sentir, mesmo nos entraves à unidade dos trabalhadores.

Dentro da mesma empresa actuam muitos sindicatos profissionais diferentes, com diferentes CCT. Existem grandes diferenças salariais. Há toda uma velha tradição burguesa de prestígio e desprestígio de umas profissões em relação às outras. Há trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais. O capital sempre conseguiu atrair para o seu lado alguns trabalhadores. Os operários olham com desconfiança (nem sempre justificada) para trabalhadores de escritório e outros administrativos e a estes escapa-lhes, muitas vezes, um injustificado ar de superioridade.

Tudo isto existe mas os trabalhadores têm que ter consciência que é um produto do capitalismo e, como tal tem que ser destruído.

Há que ver quem, de facto está pelos trabalhadores ou contra eles e essa é a única fronteira admissível.

Lutar pela unidade dos trabalhadores é uma das mais importantes formas de lutar contra todos os que se opõem á democracia e ao socialismo.

O patronato e as forças reaccionárias sabem que a divisão dos trabalhadores é um grande obstáculo ao controlo da produção. Por isso assiste-se a manobras de aumento de salários a uns e não a outros, a tentativas de lançamento de comissões de trabalhadores fantoche, à procura desesperada de, pelo empolamento das questões ideológicas, fazer esquecer os interesses de classe.

Os trabalhadores sabem que sem unidade é impossível, ou muito mais difícil, lançar, manter e alargar o controlo da produção.

Os métodos democraticos de actuação são condição imprescindível para a existência e fomento da unidade. Esta forja-se e reforça-se na luta.

Essa unidade deve manifestar-se nos objectivos concretos definidos.

Essa unidade deve revelar-se nas formas organizativas:

- Chamar à comissão de controlo trabalhadores prestigiados, honestos, que mereçam confiança, independentemente da sua posição na empresa e ideologia;
- Procurar integrar na comissão elementos das diversas secções da empresa, numa proporcionalidade correspondente ao número de trabalhadores das secções; numa empresa industrial os operários devem estar em maioria.

É necessário que todos ganhem consciência do carácter vital da unidade e como tal actuem.

As comissões unitárias para o controlo da produção podem ter diversas formas organizativas quanto às funções — uma comissão abarca todos os aspectos do controlo (financeiro, contabilístico,

matérias-primas, etc.), ou criam-se subcomissões para cada um dos aspectos — mas, também aqui, deve haver a preocupação de prevalecer o trabalho colectivo e a unidade.

A unidade coloca-se igualmente quanto á relação existente, ou não, entre as comissões unitárias para o controlo da produção e as estruturas sindicais, nomeadamente a comissão de delegados sindicais de empresa. Neste aspecto a situação é complexa e diversificada. Sem procurar encontrar uma solução que aos próprios trabalhadores compete, parece de salientar os seguintes aspectos:

- A existência de comissões diferenciadas pode conduzir a situações delicadas e às várias tentativas dos capitalistas de, em situações destas, procurar fomentar a divisão entre trabalhadores;
- Não pode haver uma tentativa de imposição de uma forma-tipo de organização e tudo isso tem que passar pelo franco e aberto debate entre todos os trabalhadores.

Quer as comissões unitárias de trabalhadores quer as comissões sindicais têm importantes tradições de luta, nomeadamente contra o fascismo.

- Em última análise a solução passa por onde se encontra a confiança da maioria trabalhadores;
- Os sindicatos e a Intersindical têm um importante papel a desempenhar no controlo da produção.

4. Se numa empresa há capacidade para os trabalhadores se lançarem no controlo da produção total é avançar.

Noutros casos não existe de facto, ou aparentemente, essa capacidade mas as próprias situações (exemplo fuga da administração e necessidade de

manutenção da empresa e do emprego — se aquela tem viabilidade económica e utilidade social) obrigam os trabalhadores ao controlo da produção, técnico e financeiro sobre a empresa.

Contudo estas não são as situações habituais. Normalmente os trabalhadores têm dificuldade em avançar para alguns campos do controlo e como aquele surgiu na própria dinâmica da luta, viraram-se para os aspectos da empresa onde se manifestavam maiores necessidades de intervenção.

Também nestes casos o controlo da produção é importante. Pode mesmo ser preferível limitar inicialmente o campo de actuação à medida das forças efectivas.

Mesmo que o controlo da produção inicial seja limitado é de avançar e a tendência será de chegar ao controlo total, por maior ou menor que seja o tempo necessário:

- É essa a tendência que resulta da situação geral do País e da dinâmica do processo revolucionário rumo ao socialismo, apesar dos atrasos conjunturais;
- A própria luta de controlo da produção mostra a todos os trabalhadores a importância dessa iniciativa. Irá fomentar a unidade, formar quadros, das experiência e confiança ²⁵.

5. O controlo da produção é uma forma de luta dos trabalhadores contra o capital. No conjunto do país o seu inimigo principal é o grande capital.

6. Criada a comissão unitária do controlo da produção e estando a funcionar deve procurar interligar-se às estruturas regionais do poder popular.

5.2. No sector e região

1. Ressalta do já afirmado a importância do controlo da produção sectorial e regional. Há, pois, que verificar como avançar.

Como toda e qualquer organização do controlo da produção, a estrutura sectorial ou regional deve basear-se em métodos democráticos de criação e funcionamento: reuniões de comissões de trabalhadores/sindicais ou de delegados de comissões, reuniões de trabalhadores. O seu conteúdo concreto depende de cada situação. Terá que ter, inevitavelmente, como base principal o controlo da produção já realizado em empresas, mas a sua acção é mais ampla e dinamizadora.

Os sindicatos, suas estruturas sectoriais e regionais, terão que se inserir nessa organização.

Quanto à sua composição e estrutura as comissões dependem do sector ou região em que se inserem: número de empresas, sua grandeza, grau de experiência dos trabalhadores, etc. Pode ser oportuno que essa estrutura assente num órgão com representantes de cada uma das comissões de trabalhadores em controlo da produção, representantes das estruturas sindicais e elementos de comissões de trabalhadores sem controlo de produção mas de empresas cuja importância económico-social justifiquem um esforço de dinamização. Quando este órgão for muito amplo torna-se relativamente inoperacional e pode ser aconselhável criar um organismo mais restrito.

Há que estudar as proporcionalidades para os sectores industrial, agrícola, piscatório, comercial, de serviços, e para cada empresa.

É importante também a este nível defender e reforçar a unidade, combater qualquer manifestação de chauvinismo. «O isolamento da luta dos trabalhadores em cada empresa, é um estorvo ao enquadramento da economia numa perspectiva socialista de produção. Daí resultaria que as

empresas continuariam a concorrer entre si — ou seja, que os trabalhadores que controlam as empresas, ao contrário de se interajudarem, passariam a guerrear-se a proposito da colocação dos produtos, ou da aquisição de encomendas²⁹».

2. Podem ser encontradas multiplas soluções para a conjugação, do sectorial e do regional.

A experiência portuguesa, não definitiva, manifesta prioridade de organização sectorial (limitada a uma região ou de amplitude nacional).

A região englobada numa União de Sindicatos (activa para o controlo de produção) tem-se manifestado adequada para um reforço de coordenação intersectorial.

3. A experiência tem revelado certa incapacidade de se avançar para a organização sectorial e regional e inoperacionalidade após a criação dessas estruturas.

As razões principais destas debilidades têm sido as ambiguidades da evolução política e a falta de visão nos objectivos que devem presidir a um tal tipo de organização — resultado da falta de experiência nestes aspectos da luta operária, das divisões políticas e ideológicas lançadas pelas forças capitalistas ou seus servidores (exemplo há trabalhadores que lutam mais contra a Intersindical que contra os grupos monopolistas).

Há que discutir claramente, em cada caso, os objectivos do controlo da produção sectorial e regional, criar as estruturas adequadas. Há que obter as bases materiais de funcionamento. Para a sua operacionalidade parece igualmente importante a liquidação do burocratismo, a ligação permanente às comissões de trabalhadores/sindicais das empresas, a prioridade, para os seus membros, de trabalho nesses organismos.

Essas comissões devem manter relações com os organismos económicos de Estado democrático e

revolucionário, mantendo total autonomia, e articularem-se na acção com as restantes estruturas unitárias populares de base.

5.3. Na economia

1. A organização do controlo da produção para o conjunto da economia é uma extensão do atrás afirmado embora apresente especificidades:

- a) A organização interna, a partir de certo nível, tem que se alicerçar, em formas de democracia indirecta;
- b) A comissão nacional tem que ter influência de destaque no Estado democrático;
- c) Deve ter uma função dinamizadora em relação a todos os trabalhadores do País.

5.4. Acção dos sindicatos

1. O controlo da produção é parte da luta de classes e, portanto, a sua organização passa inevitavelmente pela organização de classe dos trabalhadores.

A um nível mais geral os sindicatos, particularmente as Uniões, têm um papel decisivo pelas seguintes razões:

- O controlo da produção não surge espontaneamente. É preciso um acompanhamento pelos trabalhadores com maior experiência de luta;
- É necessário coordenar lutas que se processam em diversas empresas e em diferentes graus de desenvolvimento;
- As posições de força contra os que não querem aceitar o controlo da produção, impõem que haja unidade e organização dos trabalhadores;

— Os trabalhadores em controlo necessitam, em muitos casos de um apoio político-sindical e técnico-económico;

2. A deficiente estruturação dos sindicatos, impedindo um apoio sistemático aos trabalhadores em controlo e autogestão, é tanto mais grave quanto se continuam a verificar hesitações da banca, e inoperância e boicote estatal.

O não apoio urgente dos sindicatos aos trabalhadores nas situações referidas só pode fazer aumentar o descontentamento, susceptível de aproveitamento por forças de direita para enquadrar as manobras de desnacionalização.

5.5. Das dificuldades

5.5.1. Aspectos gerais

1. As dificuldades podem resultar de razões inerentes aos próprios trabalhadores, ou ao tipo de empresa e economia.

Entre o primeiro grupo de dificuldades pode-se referir, como exemplo, a falta de unidade e de experiência de luta que muitas vezes se verifica, os poucos conhecimentos de muitos trabalhadores, a influência de ideologias burguesas, etc.

Para o segundo tipo conta particularmente a conjugação da dimensão e propriedade da empresa. É de salientar as dificuldades nas pequenas empresas e nas multinacionais.

Vejamos alguns destes aspectos, embora já aflorados anteriormente.

2. «A dificuldade mais comum que prejudica o avanço do processo de controlo resulta da ausente ou deficiente unidade dos trabalhadores, baseada em:

- a) Sobreposição de divergências ideológicas em relação aos interesses comuns da classe;

- b) Falta da colaboração mais conveniente (por recusa declarada ou simples alheamento intencional) de uma grande parte dos trabalhadores administrativos com raras e muito válidas excepções;
- c) Existência de muitos e diversos CCT e outros tantos Sindicatos pelos quais se encontram dispersos os trabalhadores de uma mesma empresa;
- d) Pouca experiência de participação sindical, deficiente formação política e de consciência de classe dos trabalhadores, particularmente dos não operários.

É, no essencial, uma herança do fascismo.

A melhoria desta situação, que já vai sendo possível constatar, resulta da gradual aquisição pelos trabalhadores da consciência sobre os seus verdadeiros interesses (comuns) de classe e para os perigos das acções divisionistas — tomada de consciência esta a que não é estranha a influência do MFA, Conselho Superior da Revolução e Movimento Sindical, pelas posições que têm assumido.

Mas o problema da unidade dos trabalhadores não se põe (nem deve ser posto) unicamente ao nível de uma empresa.

Na revolução em que estamos a participar estão em jogo os interesses dos trabalhadores em geral. A batalha da produção que estamos travando pela salvação da economia nacional (e, portanto, pelo êxito da própria revolução) é e só pode ser uma batalha de todos nós.

Por isso, os problemas da unidade, começando embora na empresa, passam por cada ramo de actividade e por cada sector de produção. Necessariamente, passam também pela interligação dos trabalhadores organizados na produção e distribuição.

O isolamento, decalcado do egoísmo e individualismo capitalista, não permitiria que os

trabalhadores avançassem para a necessária intervenção ao nível do planeamento geral da economia ¹².»

3. Nas pequenas empresas as dificuldades surgem do reduzido número de trabalhadores, de sua mais reduzida experiência de luta, da sua dispersão, do tipo de relações que muitas vezes se estabelecem entre trabalhadores e proprietários, da má situação económica em que muitas das empresas se encontram.

Algumas das dificuldades têm que ser vencidas para o que podem contribuir decisivamente a coordenação sectorial, a ligação aos sectores nacionalizados e a dinamização e apoio dos sindicatos — porque ao nível das pequenas empresas também há delitos económicos, porque os sectores nacionalizados para certas operações (exemplo crédito) sentem necessidade do aval dos trabalhadores.

Contudo as debilidades de controlo nas pequenas empresas são um mal menor.

Em compensação têm que ser tomadas outras iniciativas que conduzam a diferentes formas de controlo económico da empresa (mais fácil em período de ascenso revolucionário) que podem ir da própria agregação de pequenas empresas à actuação das empresas nacionalizadas.

5.5.2. *Multinacionais*

1. O controlo da produção pelos trabalhadores nas empresas multinacionais aparece particularmente difícil pelas seguintes razões:

- a) O inimigo de classe é poderoso. O poderio económico e político de uma empresa multinacional é grande: tem fortes possibilidades de manobra nos planos nacional e internacional, enormes disponibilidades económi-

cas e financeiras; tem ao seu serviço criados políticos e Estados, movimenta influências a níveis governamentais; dispõe mesmo de polícias e pactos militares;

- b) Os seus centros de decisão estão no estrangeiro, nas metrópoles imperialistas onde se situam a empresa-mãe.

O âmbito das decisões tomadas no nosso País é restrito e condicionado pela política geral da empresa que é ditada pela maximização do lucro no plano internacional;

- c) Os mercados são dominados pela empresa-mãe, podendo as empresas situadas no nosso País verem-se de um momento para o outro, sem quaisquer mercados tradicionais e terem dificuldades de penetração em novos mercados situados nos países capitalistas;
- d) Este facto é agravado quando as empresas no nosso País não produzem mercadorias vendáveis, mas apenas peças para montagem noutra empresa-filial da mesma multinacional;
- e) O capital monopolista internacional é um inimigo perigoso, pelo que para combatê-lo há que conjugar forças e aplicá-las quando o equilíbrio de forças o permitir;
- f) Em muitos casos pagam salários mais elevados que noutras empresas similares, amortecendo a capacidade combativa de alguns sectores de trabalhadores;
- g) Neste momento aparece como difícil avançar para intervenções do Estado ou nacionalizações, pelo que a luta dos trabalhadores pode cair em becos.

2. É possível lutar contra as multinacionais. A própria experiência o demonstra. Recorde-se ITT-Semicondutores, ITT-Rabor, Algot. Para o

sucesso dessas lutas aparecem como factores importantes os seguintes aspectos gerais:

- a) Condições políticas que permitam levar a luta dos trabalhadores das multinacionais até às últimas consequências;
- b) Viragem do principal do comercio externo e da cooperação económica em geral para países livres da influência (ou em luta contra) das multinacionais com particular relevo para os países socialistas;
- c) Resolução da actual crise económica e criação de novas bases de desenvolvimento económico com base essencial nas nossas próprias capacidades.

Ao nível da empresa afigura-se como necessário:

- a) Planear a reconversão da empresa, para ser levada á prática no momento oportuno;
- b) Tomar medidas para a conquista de certos mercados para as antigas mercadorias ou para as que resultarão da reconversão;
- c) Assimilação das técnicas de fabricação utilizadas.

3. A luta tem muito de comum para todos os trabalhadores da mesma multinacional, e não só, situe-se a empresa-filial onde se situar.

A luta dos trabalhadores duma multinacional é um todo único. O internacionalismo proletário expressa-se claramente na luta de cada um dos segmentos da mesma empresa internacional. É possível avançar para formas internacionais de organização e mobilização dos trabalhadores. A experiência portuguesa também já o demonstrou.

Também aqui os sindicatos têm um importante papel a desempenhar.

6. CONTROLO E EVOLUÇÃO GERAL DA SOCIEDADE

6.1. Poder político

1. O controlo da produção é uma luta económica dos trabalhadores, isto é, os seus objectivos imediatos de actuação situam-se no campo da economia. Contudo, referindo-se á plenitude dos aspectos económicos e levando rapidamente a pôr em causa a própria existência de capitalistas individual e classistamente, extravassa a curto prazo a luta económica e exige a tomada de posições políticas, isto é, a luta por um Estado dos trabalhadores.

O controlo da produção permite uma compreensão mais clara da articulação entre luta política e luta económica.

2. O lançamento, alargamento e melhoramento do controlo da produção na empresa depende da correlação de forças existentes na empresa e no País, sendo esta um aspecto vital.

Por isso se verifica que só depois do DL 660/74 e, muito particularmente, do 11 de Março, avança o controlo da produção, mesmo nas empresas que eram bastiões revolucionários da classe operária.

Quer isto dizer que o controlo da produção na empresa exige soluções políticas. Esta necessidade reforça-se quando se trata do controlo da produção a nível do sector ou do País.

3. Mais, se nos sectores onde os trabalhadores têm maior experiência de luta são capazes de avançarem no controlo da produção verificado um mínimo de condições, noutros há que necessitam de estímulo e apoio, de uma força dinamizadora que tanto podem ser os trabalhadores de outros sectores mais de vanguarda como o próprio poder político, cuja acção pode ser decisiva.

4. Simultaneamente o controlo da produção, elevando a consciência política, unindo os trabalhadores, formando quadros, dando-lhes uma experiência de gestão, limitando localmente o campo de manobra dos capitalistas, impedindo a sabotagem e resolvendo múltiplos problemas económicos, contribuindo para o desenvolvimento das forças produtivas, constitui um importantíssimo contributo a uma evolução favorável da correlação de forças.

6.2. Legislação geral

6.2.1. *Relacionada com o controlo*

1. Como vimos a actuação do poder político é importante. A legislação é uma das suas formas de manifestação, podendo consignar directamente o controlo da produção, o que veremos seguidamente, ou um conjunto de matérias que facilite e torne viável o controlo da produção.

Nesta última alternativa se situa, por exemplo, o DL 660/74, — abrindo a possibilidade de intervenção do Estado permite levar as lutas contra delitos económicos quase até às últimas conse-

quências — e o DL 222B/75 — completando o diploma anterior e propondo sansões, constituindo o primeiro golpe contra a responsabilidade limitada.

2. Esta responsabilidade limitada do capitalista em relação à empresa (e, se assim se pode dizer, responsabilidade, ilimitada da empresa para com o capitalista) funciona em muitos casos como cobertura legal para fraudes e outros delitos económicos, frequentemente acompanhados de claros objectivos políticos reaccionários. É o fruto do direito comercial elaborado e defendido pela própria burguesia.

Há, pois, a necessidade de restringir a responsabilidade limitada — aniquilá-la poderia significar uma medida que, atingindo duramente a pequena e média burguesia, arrastada para a falência essencialmente pela própria dinâmica do capitalismo, a levasse a posições contrarrevolucionárias, além de agravar as restrições a investimentos. O seu aniquilamento só com o enterro do sistema capitalista.

No imediato são ou poderão vir a ser aspectos positivos:

- a) Os bens pessoais responderem pelos compromissos da empresa sempre que tenha havido delito económico, para além de sansões pessoais sobre gestores e cúmplices;
- b) As falências, pelo menos acima de determinado montante, serem automaticamente consideradas fraudulentas.

3. Outro fruto da sociedade capitalista cuja eliminação é necessária — o que auxiliaria o controlo da produção — é o segredo comercial:

«Sem a supressão do segredo comercial o controlo da produção e da repartição permanece uma promessa vã (...). Está aí, precisamente, a

chave de todo o controlo, está aí, precisamente o ponto mais sensível do Capital que despoja o povo e sabota a produção. E é bem por isso que os socialistas-revolucionários e os mencheviques re-
ceiam levantar esta questão ²⁶.»

O segredo comercial e o segredo industrial são sustentáculos da concorrência capitalista, das grandes empresas arruinarem as pequenas.

Esses princípios são contrários á unidade de interesses da classe operária situe-se em que empresa se situar e á construção de uma nova economia.

É de tal importância o segredo comercial e industrial que, quando os trabalhadores defenderam consignar no CCT a luta contra a sabotagem a parte patronal defendia principalmente o caracter «ilícito» de os trabalhadores revelarem segredos da empresa.

O controlo da produção não pode estar limitado por esses princípios burgueses. É necessário exigir:

- a) Obrigatoriedade de o patronato prestar todas as informações que os trabalhadores exigirem (os balanços publicados não permitem conhecer a verdade, é uma actuação burocrática-mistificadora);
- b) Graves penalidades para desvio de documentação;
- c) Possibilidade dos trabalhadores no controlo da produção tornarem pública toda a realidade da empresa.

4. Muitos outros aspectos são de referir: necessidade de incorporação de uma parte dos lucros, proibição de ausência patronal sem autorização por prazo a fixar, etc.

— Em toda esta legislação há dois parâmetros a considerar:

— Há que limitar bastante o campo de actuação da grande burguesia —nacional ou estrangeira) de forma bem clara e decisiva para que se liquidem quaisquer veleidades contra-revolucionárias nos campos económicos e político.

Que essa limitação se estenda á pequena e média burguesia, mas com aspectos diferenciados;

— Defendendo-se a iniciativa privada esta tem que ter um campo de actuação claramente definido. Salienta-se sobre este aspecto a lei do V Governo Provisório sobre a delimitação do sector estatal e do sector privado.

5. Não basta fazer leis. É preciso cumpri-las.

Um caso flagrante é o DL 660/74 que muitíssimas vezes não tem sido aplicado, por boicote declarado de ministérios e outros organismos burocráticos do Estado, que em largos sectores continua com a estrutura de antes do 25 de Abril de 74, mesmo em casos de necessidade urgente da sua aplicação.

Desde a constituição do VI Governo e com alguns saneamentos à esquerda no aparelho militar, o boicote ao DL 660/74 aumentou, procura-se colocá-lo ao serviço dos capitalistas ou revê-lo, enquanto o importantíssimo DL 222 B/75 é colocado de lado.

6.2.2. *Sobre controlo*

1. Num país onde o controlo da produção já tenha sido lançado podem-se ter verificado duas situações: Ou não surgiu qualquer legislação sobre o controlo da produção e os trabalhadores avançam e são reconhecidas todas as situações de facto, ou houve legislação específica.

O conteúdo desta depende das forças que detêm o poder político. Geralmente não se põe o caso de uma proibição do controlo da produção mesmo quando são forças burguesas a legislar. Estas sabem que a reacção seria enorme podendo sair-lhe o tiro pela culatra. Uma forma de os direitistas combaterem a luta revolucionária é criarem «grupos estatais de apoio».

Assim surgem normalmente duas situações alternativas:

- Lei que apoia e dinamiza o controlo da produção (quando o poder político defende os interesses dos trabalhadores);
- Lei que, embora aparentemente, aceita o controlo da produção põe-lhe tais condições e espartilha-o em tais regras que esvazia-o do seu conteúdo revolucionário.

2. Desde a tomada de posição do Conselho da Revolução sobre o controlo da produção diversas leis estiveram na forja, mas só uma veio a ser aprovada em Conselho de Ministros do V Governo. O mencionado decreto referia entre outros aspectos:

- a) Reconhecimento do direito ao controlo organizado da produção pelos trabalhadores em todos os ramos de actividade da economia nacional;
- b) Articulação do controlo ao aproveitamento máximo dos recursos nacionais;
- c) Possibilidade de criação de estruturas de controlo da produção em todas as empresas;
- d) Esforço prioritário no lançamento e consolidação do controlo em empresas de maior relevância económica (determinável pelo número de trabalhadores e volume de vendas), nacionalizadas, com participação ou intervenção estatal;

- e) O direito de controlo competia a todos os trabalhadores, sendo exercido por comissões especificamente criadas para tal efeito, bastando informar as entidades estatais da sua existência para terem pleno estatuto legal;
- f) O controlo poderia ser feito por comissões de trabalhadores integrando delegados sindicais ou comissões sindicais, existentes á data da saída do decreto ou por comissões a criar, devendo os próprios trabalhadores em Assembleia Geral definir a composição e forma de eleição;
- g) A comissão que se pode decompor em subcomissões deveria ter o número de trabalhadores considerados indispensáveis, protegidos legalmente contra despedimentos;
- h) O controlo da produção não deveria dificultar o funcionamento normal da empresa continuando o administrador a ter um papel importante a desempenhar;
- i) A sua actividade estendia-se desde o combate á sabotagem e a vigilância até á aplicação de medidas governamentais e melhoria da produção;
- j) Os trabalhadores podiam exigir aos administradores todas as informações;
- k) As comissões de controlo de empresa, em articulação com a organização sindical, podiam avançar para organizações regionais e nacionais, podendo-se estabelecer prioridades, em articulação com os órgãos de planeamento.

Sem dúvida que podem ser encontrados aspectos negativos e sobretudo lacunas (não obrigatoriedade para os administradores das decisões dos trabalhadores no sector privado, não consideração em destaque da relevância particular dos operários, não interligação a organismos populares de

base regional) mas são os aspectos positivos que ressaltam:

- Reforço do poder dos trabalhadores;
- Limitação da actividade dos capitalistas;
- Aumento da acção dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas ou com intervenção estatal;
- Melhoria da situação da economia.

A sua não homologação (condição posta pela social-democracia logo nos acordos para a formação do VI Governo) não resulta dos seus aspectos negativos mas sim do válido contributo que tal lei traria ao processo revolucionário de consolidação da democracia e transição ao socialismo.

Entretanto o Conselho da Revolução, após poderosas manifestações de trabalhadores, aprovou uma lei sobre controlo da produção que ainda não veio publicada, apesar do tempo que já passou. Se for a elaborada pelo V Governo (?) mais uma vez se torna claro o carácter decisivo do movimento popular de massas, a força dos trabalhadores.

6.3. Nacionalizações

1. Já vimos anteriormente que, atendendo á natureza de classe do Estado, podem-se verificar três tipos de nacionalizações: nacionalizações capitalistas, nacionalizações democráticas e nacionalizações socialistas.

No primeiro caso as empresas nacionalizadas continuam a inserir-se na sociedade capitalista e a estarem organizadas de acordo com a vontade dos grupos monopolistas.

Nos outros dois casos isso não se verifica e é necessário uma enorme reorganização: de objectivos, de métodos, de estrutura, de pessoal, de gestão, etc.

No caso das nacionalizações democráticas ou socialistas estamos de facto perante uma socialização dos meios de produção.

O facto das empresas sujeitas a nacionalizações socialistas serem geridas directamente pelo Estado e seus representantes ou transitoriamente por entidades capitalistas, sempre controladas pelo Estado dos trabalhadores, é aspecto relevante a curto prazo mas relativamente irrelevante para o processo histórico a longo prazo.

2. As nacionalizações democráticas — centralizemo-nos nestas — colocam um vasto conjunto de problemas quando realizadas:

- Quais os novos objectivos (produção ou serviços, preços, etc.) que devem orientar a empresa?
- Que reestruturações são necessárias em todos os aspectos?
- Quais os quadros capazes de dirigirem a empresa?
- Qual a actuação dos trabalhadores?
- Etc.

Todos estes problemas estarão já meio resolvidos se a nacionalização for antecedida do controlo da produção que pode nomeadamente levar a um ascenso na gestão de quadros saídos da classe operária.

Contudo isto não pode, de forma nenhuma, significar que, face a uma situação económico-política que exige essa forte medida antimonopolista que é a nacionalização democrática, não se proceda a esta com o pretexto de que ainda não há o controlo da produção. Isso seria dar trunfos à burguesia monopolista e talvez fazer com que no futuro não houvesse nem nacionalizações democráticas nem controlo da produção.

3. Num processo de transformação da sociedade a caminho do socialismo o controlo da produção torna maduras as condições que permitirão a socialização ou colectivização dos meios de produção.

Se as nacionalizações se anteciparam ao controlo da produção pelos trabalhadores este continua a ter grande importância, embora em situação diferente.

6.4. Reforma agrária

1. Duma maneira geral pode-se dizer que a Reforma Agrária visa o desenvolvimento da produção agrícola e radical melhoria da situação dos assalariados agrícolas, camponeses pobres, das condições de vida nas aldeias.

No sentido de se obter o primeiro objectivo impõe-se o fim das dívidas usurárias e um regime de arrendamento correcto, a restituição do usufruto dos baldios aos povos, o auxílio económico e técnico aos pequenos agricultores e herdades do Estado estimulando-os para a formação de cooperativas agrícolas, o desenvolvimento industrial, a montante e juzante, e obras de apoio á agricultura, a liquidação total dos restos de cooperativismo e de toda a exploração de intermediários e outros comerciantes, o combate ao absentismo.

A medida de expropriação dos grandes latifundiários e das grandes explorações agrícolas capitalistas permite igualmente desenvolver a produção agrícola de forma bastante sensível.

Estas medidas liquidando os exploradores e outros parasitas, restituindo direitos usurpados pelo fascismo e aumentando a produção e rendimento, contribuem igualmente para a melhoria da situação das classes trabalhadoras do campo. Existem também outras medidas nesse sentido, tais como a entrega aos assalariados rurais e aos

camponeses pobres das terras expropriadas aos exploradores, a elevação de salários, a extinção de formas semifeudais de exploração (foros e parcerias), a electrificação de aldeias e seu reabastecimento de água e de infra-estruturas sanitárias e educativas, o alargamento da isenção de impostos aos camponeses pobres.

A relevância de cada um destes aspectos depende da região concreta do País onde a Reforma Agrária vai ser realizada. É comum referir-se de uma forma simplificada mas concreta, que a Reforma Agrária tomará aspectos muito diferenciados no Norte e Sul do País.

Contudo, realize-se onde se realizar é obra colectiva que interessa a todos os trabalhadores portugueses.

É nessa panorâmica dinâmica genérica que se insere o controlo da produção.

2. Já vimos anteriormente como o controlo da produção não se realiza entre os camponeses e se realiza, ou pode ser realizado, de forma diferenciada, pelos assalariados rurais do Sul e do Norte.

Quando se realiza tem que se inserir na perspectiva de realização da Reforma Agrária, tanto mais que esta é impossível sem a acção consciente e unida dos próprios interessados que devem autonomamente decidir e avançar, competindo ao Governo — se está efectivamente interessado no avanço do processo revolucionário — consignar, juridicamente as conquistas revolucionárias já alcançadas e apoiá-las em medidas complementares. Só nessa perspectiva de luta o controlo da produção pode ir até às últimas consequências e se insere no processo revolucionário nos campos.

Também a Reforma Agrária conduz a formas de controlo da produção. Aquela nasce como um processo de resposta organizada dos explorados á acção dos seus inimigos de classe: os assalariados agrícolas vêem que os latifundiários não cultivam

ou destroiem e os assalariados reagem ocupando as terras e cultivando-as; os pequenos camponeses verificam que são explorados pelos intermediários e avançam para cooperativas de comercialização dos seus produtos, etc.

No sector agrícola são realidades o controlo da produção e a Reforma Agrária intimamente ligadas onde estão em curso, embora o conteúdo da segunda seja mais amplo. Podem haver desfazamentos temporais entre ambas.

6.5. Planeamento

1. Falar neste momento histórico, em planeamento «não significa a existência de um qualquer organismo que elabore um documento que, respeitando as actuais «regras do jogo» da vida económica, aponte sugestões ou recomendações que têm que interessar as empresas para serem cumpridas. Planear é promover a actividade colectiva de todo o povo português na elaboração, realização e concretização prática do plano. É estabelecer e quantificar novos objectivos revolucionários económico-sociais, definir os meios de os alcançar nos prazos estabelecidos, com uma determinada escala de prioridades que, atendendo às leis económicas objectivas se insiram na aspiração colectiva máxima da revolução portuguesa: o socialismo. Planear é conjugar esforços face ao essencial»²⁷.

A importância do planeamento resulta de diversos factores:

- a) «Há que deslocar totalmente o eixo da economia, do lucro individual para a melhoria da situação económico-social do povo português, particularmente das classes mais exploradas;

- b) Há que coordenar esforços, optar decididamente pela cooperação na prossecução dos objectivos e prioridades definidas, articulando, eventualmente, essas medidas com a emulação;
- c) Clarificando no concreto o caminho a trilhar é possível avançar muito mais rapidamente no desenvolvimento económico. Permite detectar mais facilmente as contradições e os pontos de estrangulamento e tomar medidas para a sua resolução;
- d) Há que tomar as diversas resoluções positivas no campo económico não como peças desligadas umas das outras, mas como um conjunto de medidas harmónicas;
- e) É necessário uma nova atitude económica dentro da empresa nacionalizada e nas relações desta com outras empresas e sectores — quanto a produtos, preços, gestão, distribuição, qualidade, — que, se é possível até certo ponto ser tomada pelos trabalhadores da empresa, só adquire total expressão e viabilidade de realização quando consignada no planeamento;
- f) É necessário que os objectivos capitalistas que tenderão inevitavelmente a permanecer nesses sectores de iniciativa privada, sejam atenuados e enquadrados pelos objectivos gerais.»

Evidentemente que um tal planeamento só se pode realizar desde que se tenham já tomado profundas medidas antimonopolistas.

2. Sendo o planeamento uma quantificação de anseios realizáveis das massas populares e sua execução, serão oportunas as seguintes observações:

- a) Só se podem apresentar objectivos concretos perfeitamente controláveis na execução, se

houver estatísticas sobre a realidade económica que o permitam. Ora se algumas, já existem têm actualmente incorrecções e grandes lacunas. Há que fazer — embora não seja aspecto central — um inventário da economia portuguesa;

- b) Tem que corresponder aos anseios das classes trabalhadoras, tem que envolver estas na elaboração e execução do plano. Mais, continuando durante este período de transição a existir empresas capitalistas privadas estas têm, que se integrar ao máximo nos objectivos do planeamento.

3. Destes factos atrás apontados resultam as seguintes interligações entre planeamento e controlo da produção:

- a) Os trabalhadores têm que participar na elaboração do planeamento;
- b) O controlo da produção clarifica aos trabalhadores e seus organismos os problemas económicos a resolver;
- c) O controlo da produção cria a todos os níveis estruturas operárias de grande utilidade para o planeamento;
- d) Os trabalhadores organizados em controlo da produção podem fiscalizar a aplicação das directrizes do plano nos sectores, regiões e empresas, nacionalizadas e privadas.

Por outro lado a própria organização do controlo da produção no sector, região ou País conduz, necessariamente, a formas embrionárias de planeamento, mesmo que não exista um planeamento central no sentido atrás referido: levar os trabalhadores a conjugarem esforços, definirem objectivos no sentido de estabelecerem regras de actuação diferentes das vigentes em capitalismo.

6.6. Quadros económicos e políticos

1. Numa sociedade capitalista são os filhos dos capitalistas que constituem a esmagadora maioria dos estudantes dos cursos médios e superiores e o conteúdo do ensino é de molde a formar quadros que sirvam os interesses capitalistas.

As lutas estudantis, tão acesas no fascismo, combateram bastante estas tendências do ensino.

Contudo a grande maioria dos quadros económicos e políticos estão ao serviço do capital ou não dispostos a combatê-lo.

Tal situação tem que ser radicalmente alterada, para o que é importante:

- a) Aproveitamento pelas forças revolucionárias dos antigos quadros técnicos capazes de se colocarem ao lado dos trabalhadores, ainda que para tal haja que enquadrá-los e acompanhá-los;
- b) Saneamento dos sabotadores e contra-revolucionários;
- c) Formação de novos quadros provenientes dos trabalhadores, em grande quantidade, capazes de agarrar as múltiplas tarefas e despertar a iniciativa criadora das massas populares.

Este último aspecto é decisivo. É urgente embora, contraditoriamente, o processo seja lento.

Como afirmava Lênine: «É preciso destruir a todo o preço o velho preconceito absurdo, bárbaro, informe e odioso, segundo o qual só as pretendidas «classes superiores», só os ricos ou os que passaram pela escola das classes ricas podem administrar o Estado, organizar a edificação da sociedade socialista»²⁸ e simultaneamente desembaraçar os trabalhadores da sua «timidez».

2. O controlo da produção dá um importante contributo para a formação de novos quadros forjados na luta, provenientes da classe operária. Desperta a sua iniciativa empenhando-a empenhando-as na compreensão dos problemas económicos e sociais, mostra-lhe que a economia e a política não lhe são estranhos.

A experiência do controlo da produção em todos os países revela a veracidade destas afirmações.

3. Simultaneamente há que tomar um conjunto vasto de profundas medidas de reorganização do ensino que:

- Coloque todos os jovens em igualdade de possibilidades de acesso a todos os graus de ensino sejam quais forem as classes a que pretendam;
- Ministre conhecimentos que convirjam com as aspirações dos trabalhadores;
- Se acabe com o analfabetismo e se transmita um conjunto de noções concordantes com o processo revolucionário.

4. Os cursos para trabalhadores até hoje realizados — por iniciativa dos sindicatos — revelaram-se extremamente úteis, com uma elevadíssima taxa de aproveitamento.

Há que intensificar a realização de tais cursos e institucionalizá-los criar aos trabalhadores efectivas condições de estudo durante o curso.

A direcção política de tais cursos tem que continuar a caber ao movimento sindical.

6.7. Batalha da produção

Embora se fale muito em batalha da produção é necessário clarificar o seu conteúdo.

A batalha da produção pelos trabalhadores aparece como «uma etapa necessária para vencer a crise económica» mas só tem conteúdo revolucionário se for uma forma de combater o fascismo e a reacção, se os trabalhadores tiverem a garantia — pela dinâmica do processo e natureza de classe do Estado — de que os seus esforços reverterão em benefício da colectividade.

Este conteúdo de classe da batalha da produção é vital. É essa a razão porque aqueles que sempre combateram e ridicularizaram a batalha da produção — falavam em capitalismo de Estado e outras asneiras — após a constituição do VI Governo Provisório passaram a defendê-la.

A batalha da produção significa o aumento da produção, o investimento, o combate ao desemprego, a resolução de questões de mercado, a reestruturação de empresas, o aumento da rentabilidade, a limitação das manobras criminosas dos capitalistas, etc.

A batalha da produção é extensível a toda a economia, tendo particular relevância nas empresas nacionalizadas.

Exige uma nova atitude no trabalho, uma disciplina revolucionária.

A batalha da produção articula-se às nacionalizações democráticas e à Reforma Agrária.

2. Dado este conteúdo à batalha da produção claro se torna que o controlo da produção é sua parte integrante.

Contudo verificam-se entre a parte e o todo contradições. Assim, por exemplo no início do lançamento do controlo da produção verifica-se uma quebra de produtividade. A razão encontra-se no abrandamento ou liquidação da vigilância dos capitalistas e capatazes sobre os trabalhadores e numa não simultaneidade de criação de uma nova atitude no trabalho.

Há que combater essa tendência e a organização do controlo dos trabalhadores sobre a produção deve ser feita de molde a evitar quaisquer obstáculos ao funcionamento normal das empresas (por exemplo pretender que qualquer despesa só possa ser feita após o visto da Comissão de Controlo pode levar à paralização da empresa).

A eventual diminuição da produção a acontecer, tem um carácter transitório e é apenas um aspecto negativo face a muitíssimos outros positivos.

7. UMA NOVA ATITUDE PERANTE O TRABALHO

1. O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, durante o qual aquele pela sua própria actividade, mediatiza, regula, e fiscaliza a troca de substâncias entre ele e a natureza.

As formas que tem tomado dependem das relações sociais da época.

Podem-se agrupar em três grupos:

- a) No regime da comunidade primitiva, existe o trabalho em comum, colectivo, e a propriedade comum sobre os meios de produção assim como sobre os frutos do trabalho. Neste regime, não se explora o trabalho alheio;
- b) Em todas as formações económico-sociais de classes antagónicas que se seguiram, é cruelmente explorado o trabalho do homem: do escravo, no regime escravista; do servo, sob o feudalismo. A exploração do trabalho atinge o seu ponto culminante sob o capitalismo;
- c) No socialismo e comunismo a velha divisão do trabalho desaparecerá. Em seu lugar

«deve existir uma organização da produção em que, por um lado, nenhum indivíduo pode, por uma parte, alhear-se do trabalho produtivo, que é condição natural da existência humana, descarregando-a sobre outros e em que, por outro lado, o trabalho produtivo se converta de meio de escravização em meio de emancipação do homem, que dê a todo o indivíduo a possibilidade de desenvolver e exercitar em todos os sentidos todas as suas faculdades, tanto físicas como espirituais, e se transforme em alegria em vez de um fardo» ²⁹.

2. Mudam os modos de produção e, portanto, as razões sociais do trabalho, a sua disciplina.

Em regime feudal a disciplina no trabalho era imposta pelo vexame ou violência. Em regime capitalista a disciplina baseia-se na liberdade de emprego pelo capitalista, na ameaça do desemprego e da fome para o trabalhador. Em qualquer destes regimes há uma diferença antagónica entre o proprietário dos meios de produção e o da força de trabalho.

Em regime socialista e comunista deixa de haver diferenças entre a cidade e o campo, entre trabalho manual e intelectual e, portanto, a disciplina no trabalho, baseia-se numa consciente consciência da importância individual e social do trabalho. É uma disciplina de interajuda e camaradagem.

A passagem à disciplina socialista do trabalho só é possível em regime socialista e não se faz rapidamente: exige medidas económicas, sociais, políticas e educacionais, etc.

3. Embora o controlo da produção por si não modifique as relações sociais de produção, mesmo na empresa onde é praticado, com ele são dados

os primeiros passos no sentido dos trabalhadores adquirirem essa nova consciência porque;

- Mostra-lhes que a economia não lhes é estranha;
- Dá-lhes a compreensão do processo económico, do papel decisivo dos operários;
- Desperta a iniciativa criadora das massas;
- É o primeiro passo na democratização da gestão;

É um dos aspectos mais positivos do controlo da produção.

8. CONTROLO DA PRODUÇÃO E PODER POPULAR

1. A construção do socialismo não se pode basear nos princípios eleitorais herdados da democracia burguesa que pretende esconder as suas limitações — dispersão dos explorados, baixo nível cultural, analfabetismo e preconceitos enraizados, manutenção dos operários numa situação de explorados, etc. — com a capa de «liberdade» — que inclui a liberdade dos operários morrerem de fome — e «igualdade».

Nos períodos revolucionários a classe operária, os trabalhadores em geral multiplicam em muito as suas capacidades criadoras. Há que criar novas formas de organização: «Não poderemos derrubar rapidamente o novo governo ou, se o conseguirmos, (...) não saberemos conservar o poder se não opusermos à magnífica organização do conjunto da burguesia russa e dos intelectuais burgueses uma não menos magnífica organização do proletariado guiando a imensa massa dos pobres das cidades e dos campos, do semiproletariado e pequenos exploradores³⁰.»

Esta aspiração conduzirá à participação activa das massas trabalhadoras, ao seu reagrupamento unitário e progressista com consciencialização

revolucionária profunda. É uma forte barreira que impede o avanço da reacção e permite avançar.

Esta organização popular constitui o instrumento de criação do Estado dos trabalhadores. Se o Estado fascista se baseava numa Assembleia Legislativa «eleita», numa transmissão do poder por órgãos de autarquias locais, numa força policial profissionalizada, em nada disso se pode basear o Estado dos trabalhadores que deve, nomeadamente destruir tudo isso. Sua destruição e organização só pode ser realizada pela luta popular de massas, pela acção de todas as forças políticas em que, se os partidos têm um papel importante, muito maior o terá a organização popular.

2. O documento «Aliança Povo-MFA» aprovado na generalidade em Assembleia do MFA consigna o poder popular. Satisfez, em parte, as necessidades históricas.

Do seu conteúdo é de realçar os seguintes aspectos:

- a) Reconhece e apoia Comissões de Moradores, Comissões de Aldeia, Comissões de Trabalhadores, Cooperativas, Sindicatos, Assembleias Populares;
- b) Baseia a construção destes organismos na independência partidária, representatividade democrática, unidade;
- c) Faz corresponder àquela estrutura funções variadíssimas — exemplo: as Comissões de Moradores devem fazer um trabalho político de esclarecimento e mobilização; social sobre saúde, educação, habitação, transportes; económico e de vigilância;
- d) Propõe a criação de uma Assembleia Popular Nacional de conteúdo a definir que será um órgão importantíssimo do Estado, então sim, dos trabalhadores;

- e) Une na acção e organização os operários, camponeses, outros trabalhadores, soldados, marinheiros e outros militares progressistas.

Representando um importante passo em frente no processo revolucionário, passou de imediato a ser contestado pelas forças de direita e da social-democracia. A sua aberta contestação, por aquelas forças, na hora da criação do VI Governo Provisório foi aspecto bem claro.

Contudo, contra a política governamental e de saneamentos à esquerda nas Forças Armadas, autorquias locais e outros sectores do aparelho de Estado, contra as manobras de todo o género, a organização popular tem-se fortalecido muitíssimo nos últimos meses.

3. A organização dos trabalhadores para o controlo da produção é uma forma de exercer o poder popular: afirmação do poder dos trabalhadores, da sua capacidade de intervenção na economia, e na orientação do País.

Há necessidade de interligação de diversos órgãos deste poder popular para que se reforce a unidade, força e capacidade de intervenção dos trabalhadores.

Constitui já uma realidade a interligação de esforços entre os órgãos populares regionais — Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia e Assembleias Populares — e os organismos de trabalhadores de empresa ou interempresas.

Tem-se manifestado fundamentalmente nas grandes iniciativas políticas.

Contudo, esta colaboração parece estar muito aquém das necessidades e possibilidades, já que deve haver uma interligação total.

Vejamos alguns em concreto.

Não devem ser estranhas às comissões de moradores iniciativas para combater o desemprego, integrar as «donas de casa» na actividade

produtiva, de aproveitamento de matérias-primas, de combate à sabotagem económica, nomeadamente ao açambarcamento, de fiscalização dos preços praticados, etc.

Pode-se mesmo dizer que o controlo da distribuição no pequeno comércio a retalho só pode ser efectivamente realizado pelas comissões de poder popular de base regional. O mesmo se pode dizer da vigilância e combate à sabotagem em diversas zonas do País, particularmente nas rurais-camponesas.

Não deverá ser estranho às comissões de trabalhadores o aproveitamento de terrenos sem interesse para a empresa, para benefício da habitação e equipamento social dessa região, medidas de aniquilamento ou redução da poluição, etc.

Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores poderão conjugar esforços no lançamento de creches, jardins infantis, postos médicos de vacinação e na vigilância, etc.

Poderão mesmo as Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia e Comissões de Trabalhadores e Sindicatos localizados em pontos geográficos bem distintos, desenvolverem esforços conjuntos como por exemplo, na electrificação do País.

É total, embora com especificidades, a comunhão de objectivos entre Comissões de Moradores, Comissões de Aldeia, Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e Cooperativas tanto quanto a objectivos gerais como a objectivos específicos imediatos.

A Assembleia Nacional Popular será a expressão organizativo-política dessa unidade, mas impõe-se desde já tomar a outros níveis as formas adequadas de organização.

9. SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA E O CONTROLO DA PRODUÇÃO

1. À economia portuguesa só se podem colocar duas alternativas: ou capitalismo ou socialismo.

O período transitório que atravessamos desde o 25 de Abril, caracterizado por uma política anti-monopolista e antilatifundista só poderá dar lugar a um retorno ao capitalismo ou a uma transição ao socialismo. O aspecto central que decidirá da alternativa será a natureza de classe do Estado. A antecâmara que levará à resolução do aspecto central será o movimento popular de massas civil e militar.

Não há terceiras vias. Por um lado os regimes chamados sociais-democratas mais não são que capitalismo monopolista de Estado. Por outro, o espantelho do capitalismo de Estado não corresponde a nenhuma formação social, sendo a sua natureza dependente do conteúdo de classe do Estado; é um aspecto que pode surgir localizada-mente apenas num período de transição ao socialismo quando há contradição entre a classe operária que domina o Estado e os antigos capitalistas que aparecem como gestores das empresas nacionalizadas.

O regresso ao capitalismo só pode ser ao existente na actual fase histórica, isto é, ao capitalismo do domínio dos grupos monopolistas na economia e no Estado.

Ou evoluímos para um regime (socialista) sem exploração, com elevação gradual do nível de vida, assistência, educação, etc., sem inflação, sem desemprego, sem crises, ou retornamos para uma sociedade (capitalista) que cada vez conhece a nível mundial crises mais profundas, desemprego, inflação, fome, pauperização do proletariado, exploração cada vez mais desenfreada, etc.

Retroceder para o capitalismo monopolista de Estado era retornar ao sistema de antes do 25 de Abril de 74, ao fascismo.

Com efeito, por um lado é impossível regressar a um regime de exploração desenfreada dos trabalhadores sem vencer repressivamente a resistência que estes opõem a tal; por outro, a reduzida base social de apoio do capitalismo monopolista de Estado leva espontaneamente, se não houver a resistência operária, ao fascismo.

2. Evidentemente que a alternativa coloca-se apenas para o imediato pois historicamente o fim do capitalismo é inevitável.

3. O controlo da produção constitui aspecto importante na transição ao socialismo. Pode ser um contributo de alto valor para a alternativa que se efective — para o que há força suficiente — seja a do socialismo.

4. A importância do controlo da produção está também na resolução de alguns problemas sectoriais e nacionais da nossa economia:

a) Uma das causas da actual crise económica é a pesadíssima herança do fascismo. É preci-

so destruí-la mas ao mesmo tempo tomar iniciativas de organização da economia em novos moldes. Ora o controlo da produção tem um papel insubstituível a desempenhar neste campo;

- b) A sabotagem económica levada a cabo pelos grandes grupos monopolistas, certas empresas estrangeiras instaladas em Portugal e pelos latifundiários é outra das causas da crise. Tem atingido volumes alarmantes. Ora, como sabemos, lutar contra a sabotagem é um dos objectivos centrais do controlo da produção;
- c) As hesitações e ambiguidades da actividade do Estado tem agravado a crise. Ora o controlo da produção permite aos trabalhadores aumentarem a sua própria dinâmica, levando a actuarem no interesse geral da economia, independentemente de qualquer decisão estatal.

Outubro/75

NOTAS

1. De «Como organizar a emulação?» — Lénine.
2. Com aproveitamento de texto de «Nacionalizações e Controlo da Produção» — Ed. Opinião.
3. De «Controlo Operário sobre a Produção» — Vinogradov — Ed. Estampa.
4. Para esta síntese valemo-nos principalmente de «A Nacionalização da Indústria» de Vinogradov, — Ed. Estampa.
5. Para esta síntese valemo-nos do livro referido na nota 3.
6. Idem.
7. Ver jornal «O Camponês» n.º 6 II Série. Foram retirados os sublinhados.
8. Continuamos sem conhecimento da lei do controlo da produção aprovada pelo Conselho da Revolução.
9. Do «Dicionário de Economia Política» — Borizov.
10. Sobre o assunto veja-se «Os Comitês de Defesa da Revolução em Cuba» - Ed. Seara Nova.
11. Retirado de meu artigo publicado no jornal «A Opinião».
12. Do «Encontro das Comissões de Trabalhadores/Sindicais sobre Controlo da Produção» — USP/Intersindical.
13. De «Organisation et Gestion», G. Gvichiani, — Ed. Moscovo.
14. Idem nota 1.
15. Dum trabalho sobre controlo da produção no sector

eléctrico realizado por um grupo de alunos da cadeira de Economia Pública da Faculdade de Economia do Porto.

16. Idem nota 12.
17. Idem nota 3.
18. Retirado do meu artigo de «A Opinião» «Do Controlo da Empresa para o Controlo da Economia».
19. De «Monopólios e Política Antimonopolista no Portugal de Hoje» — Carlos Pimenta, — Ed. Limiar.
20. Retirado do meu artigo publicado no jornal «A Opinião» «Controlo da Produção e Co-gestão».
21. Idem nota 12.
22. Para esta divisão tricotómica das razões da autogestão em Portugal baseámo-nos também no artigo «Dossier Autogestão» da Seara Nova de Setembro de 1975.
23. Do documento «A Crescente Intervenção dos Trabalhadores e a Socialização dos Meios de Produção» publicado em «Avante» de 31/7/75.
24. De «Problemas Actuais e a Economia Portuguesa» E. Rosa, — Ed. Seara Nova.
25. Do meu artigo «Como Avançar» publicado em «A Opinião».
26. De «Catástrofe Iminente e a Forma de a Impedir» de Lénine.
27. Do Artigo «Nacionalizações, Socialismo, Planeamento» do jornal «Movimento» n.º 23. Os extractos seguintes têm a mesma fonte.
28. Idem nota 1.
29. De «A Ideologia Alemã» de Marx.
30. De «Cartas de Longe», Lénine.

**Este livro
acabou de imprimir
em 23 de Janeiro de 1976
nas oficinas do
Anuário Comercial de Portugal
para a
SEARA NOVA
Lisboa**